



# relatório de sustentabilidade 2010



## MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A sustentabilidade é indissociável da actuação do Porto de Sines, e o ano de 2010 marcou uma década de crescimento do Porto e a sua afirmação ao serviço do sector exportador nacional, face à importância do crescimento das exportações é essencial para garantir o desenvolvimento sustentado da economia portuguesa, a par da viabilidade económica, do envolvimento ambiental, da protecção e segurança, da simplificação e da desmaterialização de procedimentos e dos aspectos sociais e humanos.

No ano de 2010 foram dados passos muito significativos para as gerações actuais e futuras, destacando-se a consolidação do Porto de Sines nas principais rotas intercontinentais ao nível das numerosas escalas de navios porta-contentores de última geração, com capacidade para o transporte de 14.000 TEU, as obras de ampliação do cais e do terrapleno do Terminal XXI, o projecto de expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito da REN Atlântico, o reinício do projecto MEGA PTA da ARTENIUS e o incremento de actividade da ZALSINES, com relevo para a inauguração da nave logística da SITANK.

A visão do Porto de Sines e o esforço de investimento, aliado à confiança no crescimento sustentado e sustentável, a par da excelente relação do porto com a cidade, foi materializada na aprovação do Decreto-Lei nº 95/2010, de 29 de Julho, que conferiu ao porto a possibilidade de aproveitar terrenos necessários e indispensáveis à expansão e desenvolvimento das infra-estruturas portuárias e, por outro, ao Município de Sines, a possibilidade de fazer a gestão de espaços libertados da utilização portuária.

O empenho em fomentar processos de desenvolvimento, levou a investimentos que ascenderam a 2,2 milhões de euros, destacando-se o Projecto ERP SAP *Human Capital Management* (HCM), ferramenta capaz de potenciar a mudança e mobilizar a empresa e os trabalhadores num esforço conjugado, garantindo os desafios da modernização e da competitividade, numa associação entre conhecimento, tecnologia e inovação, e o Projecto de Sistema Integrado de Informação Geográfica (SIIG), que permite a diferentes serviços usufruir de um sistema capaz de gerir e apoiar decisões com base em informação georreferenciada estruturada e organizada, os quais representam cerca de 25% do investimento.

No âmbito da responsabilidade social e no seu relacionamento com os *stakeholders* a APS procedeu à revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, ampliando a sua abrangência no agora designado Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, com aplicabilidade nos diversos processos funcionais da empresa, tendo ainda no final do ano designado o Provedor do Cliente do Porto de Sines, o qual tem por função, a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando a regularidade das relações entre estes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares a ele directamente interligadas.

O presente relatório foi elaborado conforme as Directrizes da GRI, Versão 3.1, e em conjunto com o Relatório e Contas, representam uma apresentação equilibrada do desempenho económico, ambiental e social da organização, num testemunho objectivo do contributo que a APS tem dado para o desenvolvimento sustentável do porto, para a região onde está inserido, e para a economia nacional, auto-declarando-se o cumprimento do nível A de aplicação das directrizes GRI, versão 3.1, relativamente ao perfil e indicadores de desempenho.



Lídia Sequeira

# índice

1. Sustentabilidade	5
1.1. Reforço de equipamentos de segurança e de protecção ambiental	6
1.2. Renovação da Bandeira Azul	7
1.3. Sensibilização e educação ambiental	7
1.4. Dia Mundial do Mar	7
2. Envolvimento das partes interessadas	8
3. Abordagem de gestão e indicadores de desempenho	11
3.1. Indicadores de desempenho económico	12
3.2. Indicadores de desempenho ambiental	15
3.3. Indicadores de desempenho social - Práticas laborais e trabalho condigno	22
3.4. Indicadores de desempenho social - Direitos humanos	33
3.5. Indicadores de desempenho social - Sociedade	34
3.6. Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto	35
4. Autodeclaração do nível de aplicação da GRI	37
5. Sumário do conteúdo da GRI	39
6. Lista de acrónimos e símbolos	48
7. Inquérito de Apreciação	51
8. Relatório Único	53





## NOTAS METODOLÓGICAS



## NOTAS METODOLÓGICAS

Com vista ao melhoramento contínuo da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação do *shareholder* e dos *stakeholders*, a APS-Administração do Porto de Sines, SA (APS) adopta os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), dispondo de um Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) certificado desde 2005-12-05, pelas normas ISO 9001, ISO14001 e OHSAS18001, certificação que mantém desde essa data.

A APS elaborou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade no ano de 2008, com base nas directrizes e protocolos da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão 3.0 (G3), e respectivos indicadores de desempenho, referencial que manteve na elaboração do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2009, tendo auto declarado e obtido no Relatório de Sustentabilidade de 2008 e de 2009, a classificação A, que reflectiu o grau de abrangência da estrutura de elaboração dos mesmos, não tendo sido obtido o possível “sinal mais” (+), por não ter recorrido a parecer de entidade externa.

Nesta oportunidade, é elaborado o terceiro relatório de sustentabilidade, com base também nas directrizes e protocolos GRI, agora na versão 3.1 (G3.1), a par do Relatório de Gestão e Contas do Exercício, sendo que a informação disponibilizada através dos indicadores de desempenho, refere-se única e exclusivamente à actuação e gestão da APS durante o ano de 2010, excluindo dados de empresas participadas, de empresas concessionárias, de empresas licenciadas e outras, estabelecendo-se, sempre que possível, uma relação com as partes interessadas.

No presente Relatório de Sustentabilidade de 2010, optou-se por não relatar informação já contida no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010, apresentando o Sumário do Conteúdo da GRI as referências necessárias para que possam ser encontrados em ambos os documentos, entre outros, os tópicos referidos a estratégia e análise, perfil organizacional e governação, compromissos e envolvimento.

No ano de 2009, foi incluído pela primeira vez o inquérito de apreciação no Relatório de Sustentabilidade, não tendo sido recebido retorno pelas partes interessadas, pelo que o inquérito em anexo, de preenchimento facultativo, bem como perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo, deverão ser dirigidas a:

**Nome:** Helena Maria Silva

**Função:** Directora de Recursos Humanos

**Telefone:** +351 269 860 600

**Fax:** +351 269 860 690

**e-mail:** geral@portodesines.pt

**Sítio:** www.portodesines.pt

**Morada:** APS - Administração do Porto de Sines, SA  
Apartado 16, EC Sines  
7521-953 Sines  
Portugal





## 1. SUSTENTABILIDADE





# 1. SUSTENTABILIDADE

## 1.1. Reforço de equipamentos de segurança e de protecção ambiental

Em Março foi adquirida a Lancha “Porto Covo”, cujo equipamento constitui um Centro Operacional Marítimo Avançado e confere mais autonomia à Autoridade Portuária na intervenção em qualquer tipo de acidente ou incidente que ocorra na área de jurisdição marítima da APS e áreas limítrofes.

Este equipamento tem por missão coordenar as unidades de recolha, tancagem e apoio ao combate à poluição, bem como prestar assistência directa a embarcações na área de jurisdição portuária.

Está equipada para acções de salvamento e transporte de náufragos, permite o combate a incêndios a bordo, presta assistência a embarcações com água aberta, podendo ainda apoiar acções da Capitania do Porto de Sines, da Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Sanidade Marítima ou de outras entidades administrativas e policiais que o requeiram.

A segurança no Porto de Sines é, desde sempre, um factor determinante em toda a actividade portuária e os constantes investimentos da Autoridade Portuária nesta matéria são a garantia da disponibilidade de equipamentos adequados para ajudar a resolver qualquer incidente que ocorra. Por outro lado, o Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, certificado segundo as mais exigentes normas internacionais, estabelece elevados standards nestas áreas de forma a minimizar a possibilidade de ocorrência de incidentes.

O Porto de Sines está agora dotado com mais equipamentos de segurança e protecção ambiental com a aquisição de um novo Veículo com Equipamento Técnico de Apoio (VETA 02) e uma nova embarcação anti-poluição (Skimmer).

Esta nova embarcação de combate à poluição, um Skimmer de tapete oleofílico MARCO, vem reforçar a frota existente com novas competências pois está vocacionada para operar em locais de acesso restrito, como é o caso dos espaços debaixo das plataformas dos braços de carga dos terminais de granéis líquidos e petroquímico. A principal funcionalidade da embarcação é a capacidade de recuperação de óleos de todas as viscosidades, em caso de eventual acidente. O novo *Skimmer*, que entrará em operação no próximo mês de Janeiro, tem uma velocidade de deslocação de 13 milhas/hora sem equipamento de recolha activado e 1,5 milhas/hora com este equipamento em funcionamento.

O VETA 02 é um veículo todo-o-terreno polivalente, apto a transportar contentores especializados e adequados para eventuais intervenções em situações de emergência nos mais variados cenários. Esta viatura apresenta características distintas das já existentes por facilmente poder ser equipada com contentor para fornecer iluminação e energia eléctrica no teatro de operações, contentor de ar para respiração, contentor de salvamento em altura e espaços confinados, contentor de intervenção HazMat para apoiar operações com matérias perigosas e ainda um contentor para o transporte de diversos materiais genéricos necessários em caso de intervenção. O veículo dispõe ainda de um atrelado para transporte com capacidade de carga adicional para qualquer dos contentores referidos.



## 1.2. Renovação da Bandeira Azul

A Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio de Sines, ambos geridos pela APS, receberam novamente a distinção Bandeira Azul, símbolo de qualidade ambiental das duas infra-estruturas.

Este galardão é atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental. A nível internacional, a Bandeira Azul da Europa é reconhecida como um eco-label, designadamente pela Comissão Europeia e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, estando em curso negociações para a sua adopção por países de outros Continentes.

## 1.3. Sensibilização e educação ambiental

Esteve patente uma exposição no Porto de Recreio tendo sido também produzido um folheto informativo sobre a “Biodiversidade no Porto de Sines”, e realizadas duas acções de sensibilização ambiental em parceria com o CIEMAR - Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, subordinadas aos seguintes temas:

### - A Biodiversidade de ciclos de vida de organismos marinhos litorais

Esta acção teve como objectivo divulgar o conhecimento científico sobre a biodiversidade de ciclos de vida de organismos marinhos litorais, observando alguns desses organismos *in vivo* na zona entre-marés (ou intertidal) de substrato rochoso, assim como amostrar larvas e juvenis de cracas com recurso a colectores artificiais e observar à lupa várias fases do ciclo de vida de cracas.

### - A Biodiversidade de zooplâncton marinho do Porto de Recreio

Esta acção teve como objectivo divulgar o conhecimento científico sobre a importância do zooplâncton marinho, a sua biodiversidade e os factores que o afectam, permitindo observar à lupa zooplâncton marinho vivo e identificar alguns grupos taxonómicos de zooplâncton.

No âmbito da atribuição da Bandeira Azul da Europa à Praia Vasco da Gama realizou-se na extremidade oriental da praia Vasco da Gama, junto ao Pontal, uma acção de sensibilização ambiental, em parceria com o CIEMAR - Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, conforme segue:

### - Vamos à maré no Pontal? Biodiversidade e ecologia do litoral marinho

Durante a acção, após uma introdução geral acerca do ambiente físico da zona entre-marés de um litoral rochoso marinho, foram feitas observações *in situ*, durante a maré baixa, de animais e algas desta zona, com vista a conhecer os seus principais padrões de distribuição e abundância, e processos ou factores que condicionam estes padrões (por exemplo, recrutamento, reprodução, ciclo de vida, comportamento, predação, competição, *stress* térmico, dessecação, hidrodinamismo). Foram também analisadas questões relativas à exploração e conservação dos recursos vivos observados.

## 1.4. Dia Mundial do Mar

O Porto de Sines recebeu mais de uma centena de crianças, estudantes da Escola Secundária Poeta Al Berto, para assinalar Dia Mundial do Mar, cujo tema foi “2010 – O ano do Marítimo”.

Esta iniciativa teve como objectivo mostrar às crianças as actividades e equipamentos operados pelos profissionais ligados ao sector marítimo-portuário, levando-os a descobrir a importância do mar e do porto para a economia da região e do país.

As crianças viajaram em doze embarcações pelo porto de serviços, numa viagem onde foram abordadas temáticas relacionadas com exercícios de segurança e operações de salvamento. Foram ainda contemplados os “baptismos de mar”, a visita genérica aos terminais (perspectiva mar-terra) e uma visita específica ao Terminal XXI (Terminal de Contentores) feita em autocarro.

Tratou-se de uma iniciativa do Porto de Sines, numa parceria com a respectiva comunidade portuária, envolvendo, designadamente, a APS, a PSA Sines, a Reboport, a Capitania do Porto de Sines, a Unidade de Controlo Costeiro da GNR, a Noquimar, o Team Edgar Pesca Desportiva, a NautiSines, o Grupo Delfim, a SeemarSines e a J. Matias.





## 2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS



## 2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A revisão do Manual do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança durante o ano de 2010, disponível em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt), *Autoridade Portuária*, *Manual da Qualidade, Ambiente e Segurança*, *Apresentação da Empresa*, permitiu, a comunicação do *shareholder* e dos *stakeholders*, definindo formal e claramente as partes interessadas, ainda que não disponha nesta oportunidade de um mecanismo de monitorização quantitativo de frequência de relações e envolvimento das partes interessadas, nem tenciona vir a reportar no futuro pela complexidade da rede e das partes envolvidas no processo, e que se consubstanciam:



As principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas são tratadas quer no âmbito do Fórum para a Simplificação de Procedimentos, quer através de outras medidas adoptadas pela APS, designadamente as de monitorização de informações relativas à satisfação face aos serviços prestados pelo porto, quer através de um processo documentado de questionários e de tratamento de reclamações no âmbito do SI, o que permite à APS beneficiar de uma relação aberta, transparente e eficiente com as partes interessadas, potenciadora do incremento das suas competências, bem como de informações necessárias à melhoria contínua do sistema integrado.

Ainda no âmbito do processo de reclamações, no ano de 2010 foi nomeado o Provedor do Cliente, cujo Estatuto se encontra claramente definido e divulgado na página electrónica do Porto de Sines, e que tem por função a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Porto de Sines, assegurando através dos meios previstos no referido Estatuto, a regularidade das relações entre os referidos clientes e os diversos intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares a ele directamente interligadas.

As funções do Provedor abrangem, ainda, o dever de informar e esclarecer os clientes do Porto de Sines do âmbito de actuação, responsabilidades e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em actividades complementares a ele directamente interligadas, contribuindo para a melhoria do conhecimento desse sistema.

A APS definiu como colaboradores, não só os trabalhadores como também os órgãos sociais, aposentados, reformados e respectivas famílias, estagiários e estruturas representativas dos trabalhadores, como forma de envolvimento de todos aqueles que contribuem ou já contribuíram para o desenvolvimento da Porto de Sines..

Neste âmbito importa realçar a forte aposta da APS na formação e qualificação académico/profissional dos seus trabalhadores como garante do investimento na aprendizagem ao longo da vida, geradora do desenvolvimento do capital humano, e com recurso ao processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, no âmbito do acordo firmado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, possibilitando ainda, e sempre que possível, a aquisição do estatuto de trabalhador estudante a trabalhadores que pretendam elevar o grau das suas qualificações académicas.

Sendo uma das grandes apostas da APS a melhoria da gestão do capital humano, iniciou-se a implementação do ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da organização e para o aumento da qualidade da prestação de serviços, que se irá associar ao sistema de "Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos" já em vigor.

De salientar ainda a manutenção de protocolos de estágio com a Universidade de Évora, Universidade do Algarve, Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto Politécnico de Beja, e convénios com estas instituições de ensino e com o Instituto Piaget-Cooperativa para o Desenvolvimento Humano Integral e Ecológico, C.R.L. e Escola Náutica Infante D. Henrique, e ainda o protocolo com a Empresa de Pilotagem da Barra de Luanda, com o Ceará Marine Pilots-Empresa de Praticagem do Estado do Ceará, Lda., com o Corredor de Desenvolvimento do Norte Nacala e com a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

Consciente do seu papel a nível social, a APS, ainda que no período de referência do Relatório de Sustentabilidade não tenha sido distinguida com qualquer prémio, está envolvida em acções de cariz social, tendo no ano de 2010 dinamizado junto dos seus trabalhadores a recolha de bens essenciais para a Madeira, cuja campanha foi lançada pelos CTT no âmbito do Programa de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social, participa na Plataforma Supraconcelhia da NUT III, e participa ainda no Centro Europeu de Empresas Públicas (CEEP) no Projecto "Assuntos Sociais e Recursos Humanos do CEEP Portugal".



Enquadrada nas excelentes relações de cooperação existentes com a Escola Náutica Superior Infante D. Henrique, o Porto de Sines recebeu uma comitiva de alunos do Curso de Mestrado e da Licenciatura em Gestão Portuária, cuja visita teve início no Terminal de Contentores de Sines onde, para além de poderem acompanhar as operações *in loco*, os alunos tiveram a oportunidade de ir a bordo do MSC La Spezia, um *megacarrier* de última geração, integrado no Lion Service, e que efectuava a sua viagem inaugural em Sines.



Importa ainda referir a adopção de normas salvaguardadas pelo Código de Ética e de Conduta no que respeita a relacionamento externo com partes interessadas, assumindo a APS a regra do tratamento igualitário das partes interessadas, designadamente:





### 3. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO



### 3. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO

#### 3.1. Indicadores de desempenho económico

A abordagem de gestão relativa a desempenho económico, presença no mercado e impactos económicos gerados, encontra-se descrita no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2010, sendo complementada pelos indicadores de desempenho económico relatados no presente Relatório, designadamente no que respeita aos aspectos relacionados com o desempenho económico da APS, presença no mercado e impactes económicos indirectos.

De salientar ainda que para além da participação no capital de diferentes empresas, a APS participa ainda em diversas associações sectoriais, profissionais e regionais, tais como:

Associação dos Portos de Portugal (APP)	Associação Porta Atlântica (APA)	Associação Portuguesa da Qualidade (APQ)
Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos (APG)	Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET)	Associação Empresarial de Sines (AES)
Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância (APTMCD)	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário (ADFER)	<i>International Association of Ports and Harbours (IAPH)</i>
<i>World Association for Waterborne Transport Infrastructure (PIANC)</i>	<i>European Sea Ports Organization (ESPO)</i>	Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
Associação Portuguesa do Centro Europeu com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral (APOCEEP)	Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR)	Associação Para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)
Fórum de Administradores de Empresas (FAE)	Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação (AIPQR)	Conselho da Região da CCDR Alentejo

#### Aspecto: Desempenho económico

Essencial	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.
-----------	-----	---

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2009	2010
Resultado Líquido (euros)	8.571.700	6.030.741
- distribuído sobre a forma de dividendos	2.937.037	5.276.898
- não distribuído	5.634.663	753.843
Resultado Operacional (euros)	8.754.978	5.974.528
EBITDA (euros)	14.322.386	13.296.056
Valor Acrescentado Bruto (euros)	25.538.605	25.928.460
Autonomia Financeira (%)	79,3	79,0

OUTROS INDICADORES	2009	2010
Investimento (euros)	3.144.087	2.234.696
Donativos (euros)	119.875	118.150
Indemnizações a Trabalhadores (euros)	0	0



Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes do plano de benefícios definidos pela organização.
-----------	-----	--

A APS atribuiu um incentivo pecuniário com recurso ao orçamento privativo, aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA) que por sua iniciativa requereram a aposentação até 31 de Dezembro de 2008, tendo utilizado esta prerrogativa 25% da população alvo de 40 trabalhadores, o que representou o início do processo de aposentação de 10 trabalhadores nos anos de 2009 e de 2010.

INCENTIVO PECUNIÁRIO AOS SUBSCRITORES DA CGA	2008	2009	2010
Montante global	n.a.	230.290,84€	n.a.

Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo.
-----------	-----	---

Ao nível do apoio financeiro público, a APS recebeu em 2010 os seguintes subsídios a fundo perdido:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO RECEBIDOS EM 2010		
DATA	PROJECTO	VALOR (Euros)
06-09-2010	Projecto Placa 4S (Interreg)	87.998,86
TOTAL		87.998,86
SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO RECEBIDOS EM 2010		
DATA	PROJECTO	VALOR (Euros)
<b>FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO</b>		
<b>POAT - PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES</b>		
28-01-2010	Infra-estruturas de Alta Disponibilidade de Comunicações e Segurança de Dados Voz e Vídeo no Porto de Sines	197.906,09
03-11-2010	Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	912.104,93
<b>POVT - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>		
26-03-2010	Sistemas Operacionais de Supervisão Portuária	680.362,63
<b>SUB-TOTAL FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO</b>		<b>1.790.373,65</b>
<b>FINANCIAMENTO DO O.E.</b>		
<b>PIDDAC</b>		
15-09-2010	Planeamento e Controle de Operações Marítimo Portuárias	400.000,00
<b>SUB-TOTAL FINANCIAMENTO O.E.</b>		<b>400.000,00</b>
TOTAL		2.190.373,65





Aspecto: Presença no mercado

Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes.
-----------	-----	---

Na APS não existem trabalhadores remunerados com base no salário mínimo nacional, pelo que, e na falta de elementos de referência das empresas locais, procede-se internamente à comparação da base de remuneração detida pelos trabalhadores, por género, com o Salário Mínimo Nacional (SMN) e com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

EVOLUÇÃO SALARIAL		GÉNERO	2008	2009	2010
SMN-Salário Mínimo Nacional			426,00 €	450,00 €	475,00 €
IAS-Indexante dos Apoios Sociais			407,41 €	419,22 €	419,22 €
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao SMN	H	1,86	1,91	1,62	
	M	1,96	1,91	1,81	
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao IAS	H	1,94	2,05	1,83	
	M	2,05	2,05	2,05	
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao SMN	H	9,87	12,09	10,88	
	M	11,16	14,13	12,71	
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao IAS	H	10,32	12,97	12,32	
	M	11,67	15,17	14,41	

Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
-----------	-----	--

A APS, relativamente a políticas e práticas aplicáveis a fornecedores, para além das já relatadas no presente relatório, no que respeita a fornecedores locais, em 2010, representaram 16,8% do total de aquisições de fornecimentos e serviços da APS.

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Aquisições a fornecedores locais	3.574.530,00€	2.439.615,87€	1.470.738,37€



Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.
-----------	-----	---

Em matéria de recrutamento e selecção de recursos humanos, a APS tem como suporte interno o Procedimento PD011, não havendo nas suas práticas de recrutamento qualquer tipo de preferência pelo recrutamento de residentes no concelho de Sines. Assim, dos 3 dirigentes membros do Conselho de Administração (1 do género feminino e 2 do género masculino), um é proveniente do distrito de Setúbal, e das 10 chefias de primeira linha, 50% são oriundos do distrito onde está inserida a empresa ou das ex-colónias portuguesas, totalmente integrados na área alargada de Sines.

DISTRITO DE NASCIMENTO DE DIRIGENTES E CHEFIAS DE PRIMEIRA LINHA	H	M
Setúbal	2	0
Lisboa	2	0
Portalegre	1	0
Castelo Branco	1	0
Viana do Castelo	1	0
Aveiro	1	0
Viseu	0	1
Angola	1	1
Moçambique	2	1
Total	11	3

Aspecto: Impactos económicos indirectos

Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.
-----------	-----	--

Foram desenvolvidas acções que visaram dar continuidade à qualidade da praia Vasco da Gama para utilização por veraneantes, e executadas acções de manutenção das infra-estruturas de apoio e substituídos o corredor de segurança dos banhistas e o corredor de abicagem de embarcações.

Destaque para a transformação de uma unidade de recreio num Centro Operacional Marítimo Avançado (COMAV) para comando e controlo de operações no mar, permitindo uma autonomia de intervenção em qualquer tipo de acidente ou incidente que ocorra tanto na área de jurisdição marítima com nas áreas limítrofes.

3.2. Indicadores de desempenho ambiental

A abordagem de gestão relativa à estratégia ambiental assenta na aplicação de medidas preventivas que minimizem as emissões para o ar, água e solo e no controlo e monitorização ambiental efectuados por entidades ligadas à investigação e ensino, entre outras, abrangendo áreas como os ambientes marinhos, o ar, água e solo, nomeadamente, a Monitorização dos Ambientes Marinhos do Porto, o Controlo da Qualidade das Águas, Balneares, e assenta na vertente reactiva, no combate à poluição e a outras situações de urgência e e emergência.

Relativamente aos novos projectos em desenvolvimento no porto, são acompanhados por instrumentos preventivos, como sejam a Avaliação de Impacte Ambiental ou Estudos de Incidências Ambientais, com os quais se pretende assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projecto são inventariadas, analisadas e tomadas em devida consideração.

Encontram-se implementados processos de recolha selectiva de resíduos nas instalações da APS, assim como requisitos e critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, integrando normas nacionais e internacionais e as melhores práticas nesta área, sendo que nos respectivos Cadernos de Encargos definem-se diversos requisitos ambientais.

Estão ainda implementados e divulgados, planos, regulamentos programas de gestão e códigos de âmbito ambiental, adentro do já referido SI, sendo a abordagem de gestão ambiental consolidada com os indicadores de desempenho ambientais reportados no presente Relatório.



Aspecto: Materiais

Essencial	EN1	Materiais utilizados, por peso ou volume.
-----------	-----	---

Apesar deste indicador não estar relacionado com a actividade principal apresentam-se alguns dados de consumo considerados mais relevantes para as actividades da Organização.

CONSUMO DE PAPEL (RESMAS)	2008	2009	2010
Resma de Papel A4 80 Grs. para Fotocópias	1355	1157	1187
Resma de Papel A3 80 Grs. para Fotocópias	19	9	21

CONSUMO DE TINTEIROS E TONERS (UNIDADES)	2008	2009	2010
Tinteiros	61	19	10
Toners	103	117	121

Aspecto: Energia

Essencial	EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.
-----------	-----	---

Relativamente ao mesmo período do ano de 2010 registou-se um aumento no consumo do gasóleo justificado pelo aumento da movimentação de navios no porto e portanto pelo aumento do número de viagens das lanchas.

GASÓLEO	2008	2009	2010
I	163.511,00	156.731,61	207.408,57
GJ	5.961,00	5.734,57	7.588,77

Factores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 845 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro) / 1 ton gasóleo = 43,3 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	2008	2009	2010
I	5.220,00	3.264,00	3.777,96
GJ	172,00	105,28	121,86

Factores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 720 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro) / 1 ton gasóleo = 44,8 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

O gás natural é consumido na caldeira do Porto de Recreio, sendo o seu consumo relativamente baixo.

GÁS NATURAL	2008	2009	2010
m³	12.457	13.139	20.328



Essencial	EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.
-----------	-----	--

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Energia intermediária comprada e consumida de fontes não renováveis	353.112 GJ*	359.789 GJ**	345.875 GJ***
Energia primária correspondente utilizada para a produção de electricidade ( Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho)	882.779 GJ***	899.473 GJ***	864.688****

\*Electricidade 2.824.894 kWh / \*\*Electricidade 2.873.314 kWh / \*\*\*Electricidade 2.767.003 kWh /  
\*\*\*\*Rendimento médio de 40% entre a produção/transporte de electricidade e o seu ponto de entrega ao consumidor.

Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.
-----------	-----	---

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kW)	2 GJ *	1 GJ	2 GJ
Instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	154 GJ	154 GJ	154 GJ
Instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	20 GJ	20 GJ	20 GJ
Instalação de detectores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	n.d.	28 GJ	28 GJ

\* Valor estimado

Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
-----------	-----	---

Em 2010 foram desenvolvidas acções com o objectivo de tornar a Organização mais eficiente energeticamente, destacando-se a instalação de painéis solares para aquecimento de águas sanitárias na Vivenda do Alcareal, o início de estudo para a implementação e operação-manutenção de 2 centrais fotovoltaicas de 2 MW, a elaboração dos Planos de Manutenção Preventiva dos equipamentos AVAC e o início da manutenção periódica dos sistemas AVAC.

Aspecto: Água

Essencial	EN8	Consumo total de água, por fonte.
-----------	-----	-----------------------------------

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Abastecimento de água potável pela CMS	83.187 m³	106.667 m³	98.683 m³
Abastecimento de água potável pela Águas de Stº André	8.221 m³	8.678 m³	7.348 m³
Abastecimento de água industrial pela Águas de Stº André	26.756 m³	36.580 m³	33.384 m³



**Aspecto: Biodiversidade**

Essencial	<b>EN11</b>	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
-----------	-------------	--

Não existe, na sua área de jurisdição, nem adjacentes a esta, áreas protegidas ou com alto valor de biodiversidade, assinalando-se como áreas protegidas mais próximas a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, que distanciam cerca de dois quilómetros a norte e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que distancia cerca de um quilómetro a sul.

Essencial	<b>EN12</b>	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
-----------	-------------	--

Não existe na área de jurisdição, áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade.

No âmbito do sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança são avaliados os impactes das actividades portuárias sobre a biodiversidade, reportando-se na tabela seguinte algumas das actividades que ocorrem na área portuária, os aspectos e impactes ambientais, a significância dos impactes e algumas medidas de minimização.

ACTIVIDADE	ASPECTOS POTENCIAIS	IMPACTES POTENCIAIS	SIGNIFICÂNCIA	MEDIDAS
Entrada de navios em porto	Emissão de águas de deslastro, águas residuais, lavagem de tanques	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Regulamentos internos. Requisitos legais. Controlo da qualidade dos ambientes marinhos e da perda de biodiversidade.
Entrada de navios em porto	Libertação de substâncias que entram na composição de tintas anti-vegetativas	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Requisitos legais. Controlo da qualidade dos ambientes marinhos e da perda de biodiversidade.
Intervenção e combate a incidentes/ acidentes, p.e. derrame.	Derrame de combustível	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Meios de combate a acidentes/ incidentes.

A biodiversidade, nomeadamente, a dos ambientes marinhos é controlada através de estudos de monitorização promovidos pela APS e elaborados pela Universidade de Évora, pelo que a monitorização da qualidade dos ecossistemas envolve a monitorização da qualidade da água da Praia Vasco da Gama e dos ambientes marinhos. A tabela seguinte apresenta a qualidade da água na PVG durante a época balnear, nos últimos 3 anos.

ÁGUA BALNEAR	2008	2009	2010
Classificação da qualidade da água balnear da PVG (Decreto-Lei nº 135/2009) na época balnear.	Excelente	Excelente	Excelente
Nº de vezes em que o VL foi excedido durante a época balnear, para a E. coli e Enterococos.	0	0	0

Índice calculado com base no Decreto-Lei nº 135/2009.

Adicional	<b>EN13</b>	Habitats protegidos ou recuperados.
-----------	-------------	-------------------------------------

Em 2010 iniciou-se a implementação de medidas correctivas para a minimização / resolução da contaminação, dos solos e águas subterrâneas, detectada na área do Terminal Petroquímico, através da execução de sondagens e instalação de piezómetros na zona afectada, tendo sido efectuada a colheita amostras de águas subterrâneas e efectuadas análises, afim de para avaliar a extensão e o nível de contaminação.

Adicional	<b>EN14</b>	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade.
-----------	-------------	--

A APS continua a analisar os diferentes ambientes marinhos do Porto de Sines e aos padrões de variação espacial e temporal, bem como a sua qualidade, pretendendo com estes estudos, desenvolvidos pela Universidade de Évora, avaliar os impactes de actividades humanas exercidas no Porto de Sines, e os decorrentes de eventuais derrames acidentais ou outros acidentes ambientais, contribuir para a gestão e controlo ambiental do porto através da sua monitorização e constituir uma base de dados da qualidade dos ambientes marinhos.

Encontra-se em análise a possibilidade de incrementar o recurso a fontes de energias renováveis para produção de energia, por exemplo, energia das ondas e energia eólica, assim como a implementação de medidas que permitam a redução do consumo de energia, tais como renovação de sistemas de climatização, instalação de sensores de presença e movimento para o controlo da iluminação e das instalações AVAC, recorrer à iluminação por LEDs.

A promoção da identificação e avaliação dos aspectos ambientais e controlo dos impactes, da obra da 2ª fase de ampliação do molhe leste do Porto de Sines, assegurar o acompanhamento ambiental das obras, continuar a acompanhar a gestão das áreas concessionadas e licenciadas sensibilizando todas as entidades para a necessidade de cumprir requisitos legais ambientais e de segurança e obter a certificação energética da APS e a garantia da qualidade do ar interior são outros dos desígnios da APS em matéria de estratégias e programas futuros no âmbito da gestão de impactos na biodiversidade.

Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos

Essencial	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.
-----------	------	--

Na APS registaram-se os seguintes consumos de electricidade, combustíveis e gás natural:

CONSUMO DE ELECTRICIDADE	2008	2009	2010
kWh	2.824.894	2.873.314	2.767.003
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	1.327,7	1.352,8	1.300,49

Emissões totais indirectas, calculadas a partir dos factores de conversão indicados no Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho (0,47kg CO<sub>2</sub>e/kwh

GASÓLEO	2008	2009	2010
L	163.511,00	156.731,61	207.408,57
GJ	5.961,00	5.734,57	7.588,77
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	441,10	424,93	562,33

Factores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 845 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro) / 1 ton gasóleo = 43,3 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) / 1GJ gasóleo emite 74,1 kg de CO<sub>2</sub> (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	2008	2009	2010
L	5.220,00	3.264,00	3.777,96
GJ	172,00	105,28	121,86
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	11,90	7,22	8,36

Factores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 720 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro) / 1 ton gasóleo = 44,8 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) / 1GJ gasóleo emite 68,6 kg de CO<sub>2</sub> (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GÁS NATURAL	2008	2009	2010
m³	12.457	13.139	20.328
CO <sub>2</sub> (tCO <sub>2</sub> eq)	30,35	32,01	49,52

Factores de Conversão e Emissão: Densidade gás natural = 0,84 Kg/m³N

As emissões directas são geradas através do consumo de combustível relativos ao trem naval, transporte de pessoas e bens e de equipamentos utilizados e do gás natural utilizado na caldeira do Porto de Recreio. As emissões indirectas são geradas através do consumo de electricidade.

EMISSIONES DE GEE (tCO <sub>2</sub> eq)	2008	2009	2010
Emissões directas (tCO <sub>2</sub> eq)	565,33	485,27	481,68
Emissão indirectas (tCO <sub>2</sub> eq)	1.327,7	1.352,8	1.300,49

As emissões com origem em fugas nos equipamentos que contêm gases de refrigeração não são significativas pelo que não são contabilizadas.





Essencial	EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
-----------	------	--

O transporte de trabalhadores de e para o local de trabalho é efectuado em veículos da frota automóvel e por uma empresa prestadora de serviços, pelo que na primeira situação e em situações de deslocações em serviço o consumo de combustível é contabilizados como emissões directas. As emissões associadas ao transporte de trabalhadores por empresa prestadora de serviços não são aqui relatadas, tendo em conta a não existência de dados relativos ao consumo de combustível.

As restantes deslocações efectuadas, nomeadamente, por transportadoras aéreas também são marginais e pouco significativas.

Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.
-----------	------	---

DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Poupança estimada pela instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kWh)	0,2 TCO <sub>2</sub> e *	0,2 TCO <sub>2</sub> e	0,2 TCO <sub>2</sub> e
Poupança estimada pela instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	20,1 TCO <sub>2</sub> e	20,1 TCO <sub>2</sub> e	20,1 TCO <sub>2</sub> e
Poupança estimada pela instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	2,6 TCO <sub>2</sub> e *	2,6 TCO <sub>2</sub> e	2,6 TCO <sub>2</sub> e
Poupança estimada por instalação de detectores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	n.d.	3,6 TCO <sub>2</sub> e	3,6 TCO <sub>2</sub> e

\* Valor corrigido

Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
-----------	------	---

A APS não desenvolve quaisquer actividades, produtos ou serviços que utilizem *Ozone Depleting Substances* (ODS), tendo contudo identificado casos pontuais de equipamentos com ODS, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, os quais prevê substituir. As emissões gasosas com origem nestes equipamentos não são contabilizadas, no entanto, a probabilidade de ocorrência da libertação de ODS é muito reduzida. As intervenções de manutenção destes equipamentos é efectuada de acordo com a legislação em vigor, tendo em 2010 sido elaborados os Planos de Manutenção Preventiva, estando identificados todos os equipamentos e fluidos de refrigeração.

Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
-----------	------	--

A APS não desenvolve actividades que produzam emissões significativas de quaisquer um destes poluentes.

As emissões atmosféricas, geradas pela queima de combustíveis fósseis na frota automóvel, no trem naval e pela utilização de equipamentos, nomeadamente, grupos geradores de emergência que funcionam pontualmente, são pouco significativas e difusas. A APS não monitoriza sistematicamente das emissões atmosféricas que têm esta origem, registando contudo a quantidade de combustível gasto e calculando o total de emissões de gases com efeito de estufa, em toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>.

Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.
-----------	------	--

Na Organização apenas são produzidos efluentes de natureza doméstica e águas pluviais, sendo as primeiras tratadas por entidade externa, no âmbito de uma concessão e as segundas, desde que livres de contaminação, descarregadas no meio hídrico.



Essencial	<b>EN22</b>	Quantidade total de resíduos, por tipo e por método de eliminação.
-----------	-------------	--

A gestão de resíduos produzidos, é efectuada por entidade externa, no âmbito de uma concessão. A estimativa de resíduos produzidos é a seguinte:

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS				RESÍDUOS PERIGOSOS			
QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)				QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)			
DESTINO <sup>(1)</sup>	2008	2009	2010	DESTINO <sup>(1)</sup>	2008	2009	2010
R13	91,94	32,9	6,85	D15	263,46	2,00	-
D15	6,46	0,001	0,03	R9	6.015,00	12,00	-
D1	1.178,70	54,46	10,3	R13	n.d.	0,85	0,01
D8	12,00	n.d.	-	-	n.d.	n.d.	0,055
R4	n.d.	n.d.	-	-	n.d.	n.d.	-

Essencial	<b>EN23</b>	Número e volume total de derrames significativos .
-----------	-------------	--

A APS não é responsável pelos produtos derramados pelas suas Concessionárias e Licenciadas. Estas Entidades dispõem de Plano de Emergência que activam em caso de ocorrência e que estão interligados com o das Autoridades Portuária e Marítima.

A APS efectua o registo dos acidentes / incidentes que ocorrem na área portuária. Neste âmbito registaram-se em 2010 algumas situações não conformes. Da análise efectuada aos referidos dados, não houve nenhum que pelo seu volume, área atingida, entidades envolvidas, se pudesse considerar significativo.

	2008	2009	2010
Número total de derrames (nº)	1	0	0
Volumes de derrames (l)	2.500	0	0

Os dados relatados, relativos a 2008, correspondem a produto derramado (crude), no posto 2 do TGLS.

#### Aspecto: Produtos e serviços

Essencial	<b>EN26</b>	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.
-----------	-------------	--

No ano 2010 iniciou-se o estudo para a iluminação, exterior e interior por LEDs, e teve início o processo para aquisição de sensores de presença e de movimento, para controlo da iluminação e das instalações AVAC, nos edifícios. Foram, também, elaborados os planos de manutenção preventiva dos equipamentos de ar condicionado, esperando-se com estas acções o aumento da eficiência energética dos edifícios, a redução das emissões e a garantia da protecção dos trabalhadores.

Neste ano iniciou-se a implementação de medidas correctivas para a minimização/ resolução da contaminação, dos solos e águas subterrâneas, detectada na área do Terminal Petroquímico, através da execução de sondagens e instalação de piezómetros na zona afectada, tendo sido efectuada a colheita amostras de águas subterrâneas e efectuadas análises, afim de avaliar a extensão e o nível de contaminação.

Continuou-se a assegurar a monitorização dos ambientes marinhos no porto que permite avaliar se estes sofrem alterações significativas, relativamente, à situação inicial e se necessário definir e implementar medidas de minimização dos impactes. Relativamente à gestão de contratos e concessões deu-se continuidade ao trabalho iniciado em 2009, integrando os requisitos ambientais na avaliação das actividades destas entidades e sensibilizando-os para a necessidade adoptar, quando necessário, medidas de minimização dos impactes ambientais.

#### Aspecto: Conformidade

Essencial	<b>EN28</b>	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e numero total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
-----------	-------------	---

A APS, apesar de no ano de 2010 não ter sido objecto de qualquer processo de contra-ordenação por incumprimento de leis ou regulamentos ambientais, tem ainda em fase administrativa ou de impugnação judicial processos iniciados entre 2006 e 2008.

Aspecto: Geral

Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.
-----------	------	--

INVESTIMENTOS 2010	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Equipamento Básico Maquinaria e Equipamento	-
Equipamento de Segurança	-
Embarcação de Recolha de Hidrocarbonetos	290.726
Veículo e equipamento técnico de apoio	70.000
TOTAL	360.726

CUSTOS 2010	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Trabalhos Especializados (Análises ar, água, areia e solos)	144.963,12
Donativos de Mecenato Ambiental – Comparticipação Projecto GISA	16.667
TOTAL	161.630,12

3.3. Indicadores de desempenho social - Práticas laborais e trabalho condigno

A abordagem de gestão relativa a aspectos laborais encontra-se descrita na resposta aos indicadores de desempenho referentes a práticas laborais e trabalho condigno, verificando-se sempre que possível a desagregação de dados por género.

Em matéria de emprego importa destacar a constante comunicação entre a empresa e as estruturas representativas dos trabalhadores em sede de negociações salariais, não se tendo procedido no ano de 2010 a actualização salarial, dadas as orientações da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças por forma a manter no ano de 2010 as tabelas salariais em vigor no ano de 2009.

Em matéria de relações entre trabalhadores e o Conselho de Administração, de salientar a comunicação *top-down-top* garantida pelo SI, existindo a possibilidade de accionar mecanismos que permitem aos trabalhadores transmitir recomendações ao Conselho de Administração, sendo este sistema um meio privilegiado de comunicação vertical, tendo em conta que possibilita a melhoria contínua dos processos, pela via da participação de todos os trabalhadores a título colectivo ou individual. A comunicação bilateral pode ainda incorporar recomendações da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ao Conselho de Administração, estando ainda implementados mecanismos de controlo ambiental e de segurança já descritos na abordagem de gestão ambiental.

No que respeita a formação e educação, encontra-se implementado no âmbito do SI, o Processo de Formação Profissional, visando potenciar todos os trabalhadores para o aumento de competências subjacentes às tarefas desempenhadas ou a desempenhar, tendo sempre em visa o desenvolvimento do potencial humanos.

De realçar também a adopção de uma política de transparência, livre de práticas discriminatórias dispondo a APS de um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam como princípios gerais de actuação, a justiça e imparcialidade, os direitos humanos e igualdade, a boa governança, a responsabilidade social, a segurança e saúde dos seus colaboradores, a sua valorização profissional e o desenvolvimento sustentável.





Aspecto: Emprego

Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região, distribuídos por género.
-----------	-----	---

O efectivo nos últimos dois anos, manteve-se estável, sendo que dos 210 trabalhadores registados em 2009, 38 estavam afectos à prestação de serviços em empresas concessionárias, e dos 211 trabalhadores registados em 2010, 33 continuaram a prestar serviço naquelas empresas. Os 211 trabalhadores registados em 2010 têm um vínculo por tempo indeterminado, o que demonstra uma forte estabilização do efectivo, não existindo trabalhadores em regime de *part-time*.

EVOLUÇÃO POR VÍNCULOS				
	GÉNERO	2008	2009	2010
Contratos sem termo	H	156	153	155
	M	54	54	53
	T	210	207	208
Orgãos Sociais	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Contratos a termo	H	0	0	0
	M	4	0	0
	T	4	0	0
Efectivo em 31-12 (*)	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211
Efectivo médio	H	172	157	156
	M	58	57	55
	T	230	214	211

(\*) Em 2010 inclui 1 trabalhador requisitado na REBOPORT e 32 trabalhadores a prestar serviço na CLT

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				
	GÉNERO	2008	2009	2010
Dirigentes	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Quadros Superiores	H	46	49	50
	M	21	22	22
	T	67	71	72
Quadros Intermédios	H	9	9	9
	M	0	0	0
	T	9	9	9
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	H	65	59	60
	M	34	31	30
	T	99	90	90
Profissionais Semiqualificados	H	36	36	36
	M	0	0	0
	T	36	36	36
Profissionais não Qualificados	H	0	0	0
	M	3	1	1
	T	3	1	1
TOTAL	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211

Essencial	LA2	Número total de trabalhadores e taxa de trabalhadores contratados e de rotatividade, por faixa etária, género e região.
-----------	-----	---

Durante o ano de 2010 verificou-se a admissão de 3 trabalhadores do género masculino, sendo que 1 desses trabalhadores encontra-se no escalão etário com idade inferior a 30 anos, representando 33,33% do escalão, e os restantes dois trabalhadores encontram-se no escalão etário dos 30 aos 50 anos de idade, representando 2,47% dos efectivos registados nesse escalão etário. Registou-se ainda a saída de 2 trabalhadores por motivo de aposentação, um do género masculino e outro do género feminino, com idades situadas no escalão etário superior aos 50 anos de idade, representando 1,37% e 3,70% dos escalões, respectivamente. Não são reportados dados por região por a empresa estar apenas sediada em Sines/Portugal.

MOVIMENTO DE PESSOAL POR GÉNERO				
	GÉNERO	2008	2009	2010
EFFECTIVO INICIAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210
Entradas	H	3	3	3
	M	3	1	0
	T	6	4	3
Saídas	H	28	6	1
	M	2	5	1
	T	30	11	2
EFFECTIVO FINAL	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211
ÍNDICE DE ROTAÇÃO	H	0,74	0,93	0,99
	M	0,94	0,85	0,96
	T	0,78	0,91	0,98
TAXA DE ENTRADAS	H	1,90%	1,94%	1,91%
	M	5,08%	1,82%	0,00%
	T	2,76%	1,90%	1,42%
TAXA DE SAÍDAS	H	17,72%	3,87%	0,64%
	M	3,39%	9,09%	1,85%
	T	13,82%	5,24%	0,95%

SAÍDAS POR MOTIVO				
	GÉNERO	2008	2009	2010
Iniciativa do trabalhador	H	0	1	0
	M	0	0	0
	T	0	1	0
Iniciativa da empresa	H	23	0	0
	M	0	0	0
	T	23	0	0
Termo de contrato	H	1	0	0
	M	1	0	0
	T	2	0	0
Termo da comissão de serviço por nomeação	H	2	0	0
	M	1	0	0
	T	3	0	0
Aposentação/Reforma	H	1	5	1
	M	0	5	1
	T	1	10	2
Outros	H	1	0	0
	M	0	0	0
	T	1	0	0
TOTAL	H	28	6	1
	M	2	5	1
	T	30	11	2

Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial, nas unidades operacionais importantes.
-----------	-----	--

A APS tem em vigor o Procedimento PD042 - “Funcionamento de Benefícios Sociais” relativo a apoio no âmbito da saúde e no âmbito social.

BENEFÍCIOS SOCIAIS			
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010
Saúde	63.952,00	67.835,00	69.595,00
Seguros especiais (vida, saúde, acidentes pessoais)	48.855,00	58.367,00	32.643,00
Apoio à infância	44.321,00	38.162,00	40.678,00
Apoio a estudos	77.904,00	74.170,00	74.791,00
Apoio a tempos livres	0,00	0,00	0,00
Alimentação	19.948,00	-444,00	0,00
Grupo desportivo	100.560,65	0,00	0,00
Transportes	145.135,00	146.818,00	147.517,00
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS			
Beneficiários	760	741	734

Essencial	LA15	Regresso ao trabalho e taxa de retenção após parentalidade, por género.
-----------	------	---

A protecção na parentalidade encontra-se regulada no Código do Trabalho em anexo à Lei nº 7/2009 de 12-2, sendo na APS aplicável a todos os trabalhadores. Durante o ano de 2010 verificou-se o gozo de licença parental exclusiva do pai por 3 trabalhadores, tendo os trabalhadores referidos regressado ao trabalho após o término da licença.

A taxa de retenção de trabalhadores de ambos os sexos que regressaram ao trabalho após o gozo de licenças parentais iniciais e de licenças parentais exclusivas do pai é de 100%, encontrando-se ainda ao serviço decorridos doze meses após o gozo da respectiva licença.

Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a administração

Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.
-----------	-----	---

ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES				
	GÉNERO	2008	2009	2010
Total de Trabalhadores Sindicalizados	H	103	98	79
	M	18	15	12
	T	121	113	91
Efectivo em 31 de Dezembro	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211
Taxa de Sindicalização	H	65,19%	63,23%	50,32%
	M	30,51%	27,27%	22,22%
	T	55,76%	53,81%	43,13%

Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.
-----------	-----	--

A APS tem em vigor o Procedimento PD027 - “Comunicação Interna”, o qual define responsabilidades, competências, fluxos de informação e meios adoptados para gerir a comunicação na APS, integrando o processo de gestão G.PRO.005 - “Comunicação”, sendo que mudanças operacionais significativas são tratadas em tempo com todas as partes interessadas.





Aspecto: Saúde e segurança no trabalho

Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
-----------	-----	--

Pela Ordem de Serviço nº CAOS09.003 de 30-1, foram designados dois técnicos superiores de SST, e através do Procedimento PD045 - “Monitorização Ambiental e de Segurança”, encontram-se definidas matérias correlacionadas, tendo ainda disponíveis tabelas de identificação e avaliação de riscos e tabelas de avaliação da significância dos impactes ambientais, no âmbito do SI.

Desde o ano 2004 que a APS tem constituídas comissões paritárias de Segurança e Saúde no Trabalho assegurando a representação da totalidade dos trabalhadores, que integram 3 representantes da empresa designados pelo Conselho de Administração, e ainda 3 representantes efectivos e 3 suplentes, eleitos pelos trabalhadores, cuja constituição é publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego, tendo sido constituída no ano de 2010 uma nova Comissão de SST, publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego nº 29 de 2010-08-08.

Essencial	LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região, e por género.
-----------	-----	--

Todos os trabalhadores, independentemente da modalidade de vínculo, estão abrangidos por seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, cujos processos seguem a tramitação constante do Procedimento PD044 - “Acidentes de Trabalho” e da Ordem de Serviço nº 20/2003 de 31-3, registando-se neste âmbito, os seguintes dados:

ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	Género	TOTAL			< A 1 DIA (sem dar lugar a baixa)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	H	10	5	6	5	3	2	0	0	0	3	2	4	2	0	0	0	0	0
	M	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	T	10	5	8	5	3	3	0	0	0	3	2	5	2	0	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	H	208	15	29	0	0	0	0	0	0	41	15	29	167	0	0	0	0	0
	M	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0
	T	208	15	34	0	0	0	0	0	0	41	15	34	167	0	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	H	0	0	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	0	0	0

Nota:  
2008 - não ocorreram acidentes de trajecto  
2009 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente de trajecto, classificado em < a 1 dia (sem dar lugar a baixa)  
2010 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente em serviço ocorrido em 2008-03-31, classificado em > a 30 dias (com lugar a baixa)

Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho	GÉNERO	2008	2009	2010
Horas efectivamente trabalhadas (normais e suplementares) durante o ano - Total	T	394.338	356.164	357.304
	T	217	210	211
N.º Total de Trabalhadores	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	10	5	8
N.º Total de Acidentes	H	10	5	6
	M	0	0	2
	T	208	15	34
N.º Total de dias perdidos	H	208	15	29
	M	0	0	5
	T	25,36	14,04	22,39
Taxa de frequência Tf = (N.º de acidentes de trab. / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	H	25,36	14,04	16,79
	M	0,00	0,00	5,60
	T	527,47	42,12	95,16
Taxa de gravidade Tg = (N.º de dias perdidos / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	H	527,47	42,12	81,16
	M	0,00	0,00	13,99
	T	46,08	23,81	37,91
Taxa de incidência (Total AT) TiT = (N.º de AT Totais / N.º total de trab.) x 1.000	H	46,08	23,81	28,44
	M	0,00	0,00	9,48
	T	0,00	0,00	0,00
Taxa de incidência (AT mortais) TiM = (N.º de AT mortais / N.º total de trab.) x 1.000	H	0,00	0,00	0,00
	M	0,00	0,00	0,00

Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência a trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.
-----------	-----	---

A APS, no desempenho da sua actividade não enquadra profissões com alta incidência de doenças específicas e/ou graves, não havendo trabalhadores envolvidos em actividades profissionais que tenham uma incidência elevada ou alto risco de doenças específicas, sendo tratados os seguintes indicadores:

ACÇÕES DE INFORMAÇÃO		2008		2009		2010	
Código	Designação - (Situação contemplada)	N.º Acções	N.º Destinatários	N.º Acções	N.º Destinatários	N.º Acções	N.º Destinatários
01	Admissão dos trabalhadores	3	3	3	3	3	3
02	Activ. que envolvem trab. n/ pertencentes ao estabelecimento	3	59	11	65	0	0
03	Mudança de posto de trabalho	0	0	4	4	0	0
04	Introdução ou mudança de equipamento de trabalho	0	0	0	0	0	0
05	Adopção de novas tecnologias	0	0	8	53	2	12
06	Utilização de equipamentos de protecção individual (EPI'S)	0	0	0	0	0	0
99	Outras situações contempladas	1	65	0	0	0	0
TOTAL		7	127	26	125	5	15

ACÇÕES DE CONSULTA		2008		2009		2010	
Código	Designação - (Razão da consulta)	N.º Acções	N.º Participantes	N.º Acções	N.º Participantes	N.º Acções	N.º Participantes
01	Medidas de segurança, higiene e saúde no trabalho a aplicar	0	0	3	149	3	152
02	Outras medidas com reflexos na promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho	2	18	4	230	4	230
03	Programação e organização da formação	0	0	0	0	0	0
04	Designação de representante do empregador	0	0	0	0	0	0
05	Designação de trabalhadores responsáveis pelas actividades de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	0	0	0	0	0	0
06	Aquisição de equipamento de protecção individual (EPI's)	0	0	0	0	0	0
99	Outras acções de consulta	0	0	2	100	2	185
TOTAL		2	18	9	479	9	567

ACÇÕES DE FORMAÇÃO		2008			2009			2010		
Código	Designação - (Tema da formação)	N.º Acções	N.º Participantes H	N.º Participantes M	N.º Acções	N.º Participantes H	N.º Participantes M	N.º Acções	N.º Participantes H	N.º Participantes M
01	Riscos químicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
02	Riscos físicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
03	Riscos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04	Riscos psicossociais e organizacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
05	Máquinas e equipamentos de trabalho	0	0	0	1	1	1	0	0	0
06	Trabalhos com riscos especiais (exemplos: trabalhos em altura, espaços confinados, etc.)	0	0	0	0	0	0	2	2	1
07	Ergonomia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
08	Equipamento de protecção colectiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0
09	Equipamentos de protecção individual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Promoção da segurança	5	11	32	5	3	19	4	1	11
11	Primeiros socorros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	Organização de emergência	5	66	47	16	100	54	14	44	0
13	Segurança contra incêndios	3	27	0	0	0	0	0	0	0
14	Legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho	0	0	0	1	0	2	0	0	0
15	Sinalização de segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	Promoção da saúde	0	0	0	1	25	25	0	0	0
99	Outras acções de formação	10	47	7	4	5	2	4	1	1
TOTAL		23	151	86	28	134	103	24	48	13



EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	Género	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 49 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total de Exames	H	266	189	153	0	0	0	0	0	0	114	104	46	152	85	107
	M	130	65	58	0	0	0	0	0	0	43	31	15	87	34	43
	T	396	254	211	0	0	0	0	0	0	157	135	61	239	119	150
Total de exames de admissão	H	1	2	3	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0
	M	2	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0
	T	3	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3	3	0	0	0
Total de exames de periódicos	H	77	135	96	0	0	0	0	0	0	23	77	31	54	58	65
	M	28	49	39	0	0	0	0	0	0	6	24	12	22	25	27
	T	105	184	135	0	0	0	0	0	0	29	101	43	76	83	92
Total de exames ocasionais	H	188	52	54	0	0	0	0	0	0	90	25	12	98	27	42
	M	100	15	19	0	0	0	0	0	0	35	6	3	65	9	16
	T	288	67	73	0	0	0	0	0	0	125	31	15	163	36	58
Mudança de posto de trabalho	H	0	4	5	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	5
	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Alterações no posto de trabalho	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H	15	1	1	0	0	0	0	0	0	14	1	1	1	0	0
	M	6	0	2	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	2
Pós baixa por acidente de trabalho	H	15	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	1	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós baixa por doença	H	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	M	6	0	2	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	2
Iniciativa do médico	H	42	43	47	0	0	0	0	0	0	14	18	11	28	25	36
	M	11	13	15	0	0	0	0	0	0	3	5	1	8	8	14
Pedido do trabalhador	H	131	0	1	0	0	0	0	0	0	62	0	0	69	0	1
	M	83	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	0	57	0	0
Por cessação do contrato de trabalho	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	H	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0
	M	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0

EXAMES COMPLEMENTARES		2008		2009		2010	
Código Exame	Descrição	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco
01	Hemograma	132	00	172	00	119	00
02	Urina II	132	00	172	00	119	00
03	Espirometria	31	00	98	00	70	00
04	Rx Tórax	7	00	5	00	4	00
05	TAC (Tomografia Axial Computurizada)	0	0	0	0	0	0
06	Audiograma	105	01	173	01	108	01
07	Biomarcadores	0	0	0	0	0	0
08	Exame oftalmológico	105	00	172	00	105	00
99	Outros exames complementares	315	99	868	99	1.540	99

Nota: Em 2008 foi rectificado, no código 99, o valor de 64 exames para 315 exames

VACINA		ANOS			
Código	Descrição	Género	2008	2009	2010
01	Tétano e Difteria	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
02	Gripe	H	44	62	47
		M	16	24	14
		T	60	86	61
03	Hepatite B	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
04	Imunizações específicas	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
99	Outras vacinas	H	0	2	0
		M	0	0	0
		T	0	2	0



ACTIVIDADES DE MEDICINA SOCIAL/ENFERMAGEM	GÉNERO	2008	2009	2010
Total de consultas	H	908	842	796
	M	192	248	222
	T	1.100	1.090	1.018
Consultas a activos	H	388	289	231
	M	168	211	179
	T	556	500	410
Consultas a aposentados	H	520	553	565
	M	24	37	43
	T	544	590	608
Total de Actos de enfermagem	T	963	1.344	1.629

ENCARGOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	2008	2009	2010
Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	194.957,20	42.463,60	43.935,71
Na organização/modificação dos espaços de trabalho	16.296,00	194.474,78	11.643,00
Na aquisição de bens ou equipamentos	0,00	182.201,00	430.020,46
Na formação, informação e consulta	3.072,00	2.768,30	270,00
Outros	405.843,00	379.191,63	346.994,41
TOTAL	620.168,20	801.099,31	832.863,58

Aspecto: Formação e educação

Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador e por género, discriminadas por categoria de funções.
-----------	------	--

A APS, consciente de que as permanentes alterações da envolvente exigem a diversidade de cooperação de conhecimentos potenciadora de criatividade/inovação, de cooperabilidade, de competitividade, de sociabilidade, de produtividade e de empregabilidade, partilha com os trabalhadores as preocupações quer de formação profissional quer de formação académica, desenvolvendo o processo de formação profissional de acordo com o Procedimento PD031 - “Formação Profissional”, auditável nos termos dos requisitos das normas de referência do sistema de gestão da integrado da qualidade, ambiente e segurança, registando os seguintes dados, que excluem os relativos aos 33 trabalhadores a prestar serviço em concessionárias.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO	GÉNERO	2008	2009	2010
N.º de Acções	T	116	138	103
Frequência de Participantes	H	442	371	284
	M	241	241	120
	T	683	612	404
Nº Real de Participantes	H	140	111	117
	M	56	53	50
	T	196	164	167
N.º de Horas	H	4.695,00	4.564,50	3.216,00
	M	2.303,45	3.426,00	1.103,50
	T	6.998,45	7.990,50	4.319,50
Horas/Frequência de Participantes	H	10,62	12,30	11,32
	M	9,56	14,22	9,20
	T	10,25	13,06	10,69
Horas/Participante	H	33,54	41,12	27,49
	M	41,13	64,64	22,07
	T	35,71	48,72	25,87
Horas/Efectivo Médio	T	30,43	37,34	20,47

Frequência de Participantes

Dirigentes	T	6	3	7
Quadros superiores	T	354	368	233
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	268	190	102
Profissionais semiquualificados	T	48	49	61
Profissionais não qualificados	T	7	2	1

Nº de Horas

Dirigentes	T	126,00	45,00	50,50
Quadros superiores	T	3.478,95	4.926,00	3.073,50
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	2.729,50	2.771,50	929,50
Profissionais semiquualificados	T	649,50	243,50	264,00
Profissionais não qualificados	T	14,50	4,50	2,00

Nº de horas de formação por agrupamento profissional/total de frequência de trabalhadores por agrupamento profissional

Dirigentes	T	21,00	15,00	7,21
Quadros superiores	T	9,83	13,39	13,19
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	10,18	14,59	9,11
Profissionais semiquualificados	T	13,53	4,97	4,33
Profissionais não qualificados	T	2,07	2,25	2,00

Nº de horas por habilitação académica

Formação Superior	H	2.516,00	3.565,50	2.323,00
	M	1.119,45	1.405,50	801,00
	T	3.635,45	4.971,00	3.124,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	H	792,50	562,50	435,50
	M	328,50	1.167,50	272,50
	T	1.121,00	1.730,00	708,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	H	1.386,50	436,50	457,50
	M	855,50	853,00	30,00
	T	2.242,00	1.289,50	487,50

Adicional	LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira.		
-----------	------	---	--	--

VOLUME TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA	GÉNERO	2008	2009	2010
Efectivo médio	T	230	214	211
Volume total de horas de formação	H	4.695,00	4.564,50	3.216,00
	M	2.303,45	3.426,00	1.103,50
	T	6.998,45	7.990,50	4.319,50
Volume total de horas de formação profissional	H	n.a.	4.291,50	2.932,00
	M	n.a.	2.708,00	925,00
	T	n.a.	6.999,50	3.857,00
Doutoramentos, Mestrados, Pós-graduações, Cursos de Nível V e IV	H	n.a.	0,00	0,00
	M	n.a.	192,00	0,00
	T	n.a.	192,00	0,00
Estatuto de trabalhador estudante	H	n.a.	120,50	259,00
	M	n.a.	353,50	178,50
	T	n.a.	474,00	437,50
RVCC	T	1.509,00	325,00	25,00
RVCC Básico	H	160,00	n.a.	n.a.
	M	0,00	n.a.	n.a.
	T	160,00	n.a.	n.a.
RVCC Básico (formação complementar)	H	49,00	n.a.	25,00
	M	0,00	n.a.	0,00
	T	49,00	n.a.	25,00
RVCC Secundário	H	800,00	152,50	n.a.
	M	500,00	172,50	n.a.
	T	1.300,00	325,00	n.a.
Nº de horas por habilitação académica				
Formação Superior	H	2.516,00	3.565,50	2.323,00
	M	1.119,45	1.405,50	801,00
	T	3.635,45	4.971,00	3.124,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	H	792,50	562,50	435,50
	M	328,50	1.167,50	272,50
	T	1.121,00	1.730,00	708,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	H	1.386,50	436,50	457,50
	M	855,50	853,00	30,00
	T	2.242,00	1.289,50	487,50
Média de horas de formação	T	30,43	37,34	20,47
Total de custos directos com formação	H	28.964,21	58.187,93	31.279,95
	M	15.416,11	16.304,86	4.819,54
	T	44.380,32	74.492,79	36.099,49

Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento de carreira, por género.		
-----------	------	---	--	--

Associado ao sistema de “Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos” já em vigor, e que consta do Procedimento PD035, no sentido da melhoria da gestão do capital humano, iniciou-se a implementação do ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da organização e para o aumento da qualidade da prestação de serviços, procedendo-se anualmente à avaliação do desempenho de todos os trabalhadores, independentemente do género.

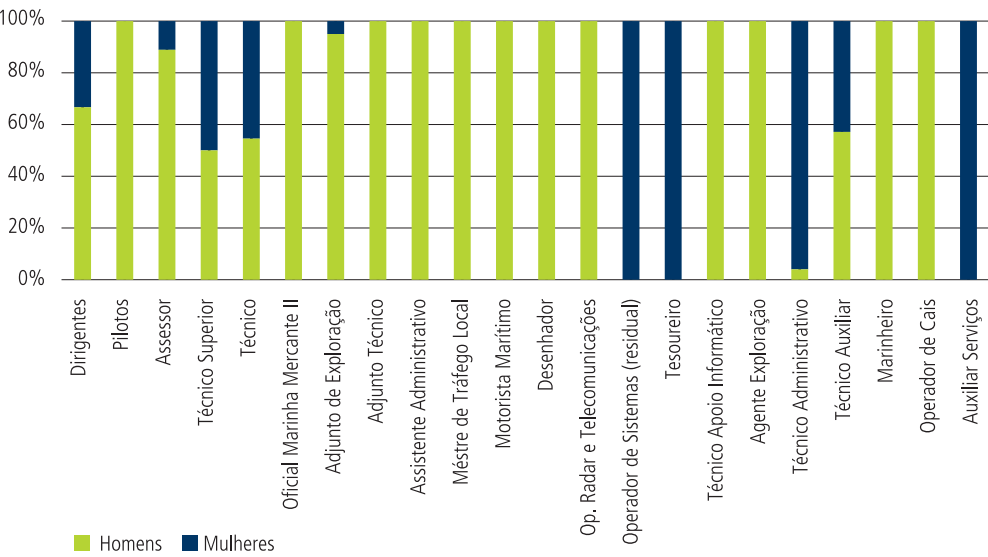
Aspecto: Diversidade e igualdade de oportunidades

Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.		
-----------	------	--	--	--

Relativamente aos órgão sociais, importa referir que compete à tutela a sua designação, estando fora do âmbito do presente Relatório os processos de determinam a sua composição, qualificações, competências e experiência. No entanto, os 3 membros do Conselho de Administração, 1 do género feminino e 2 do género masculino, encontram-se incluídos nos dirigentes reportados no gráfico abaixo, representando 1,42% do total do efectivo no ano de 2010. De salientar ainda que os membros do Conselho de Administração pertencem ao escalão etário de idade superior a 50 anos, o que representa 3,70% do escalão relativamente ao membro do género feminino, e 2,74% do escalão relativamente aos membros do género masculino.

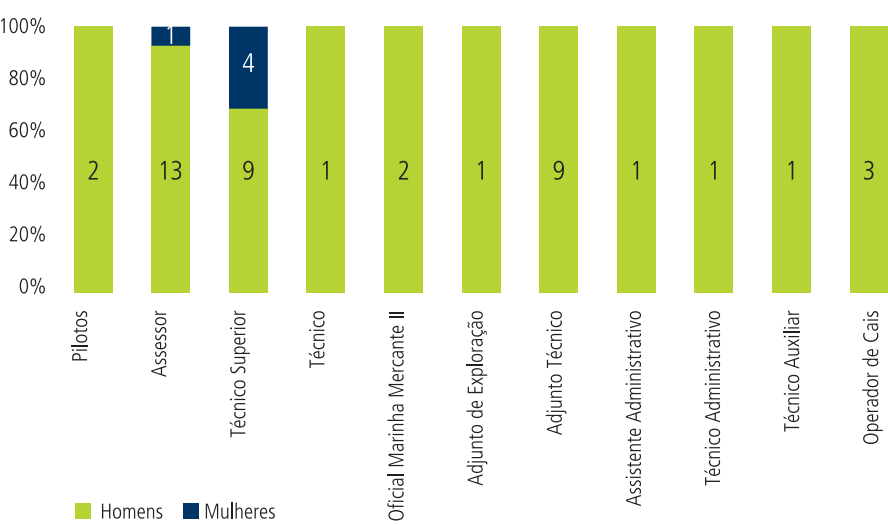
O efectivo do género feminino continua a representar menos de 30% do total do efectivo, ou seja, dos 211 trabalhadores, apenas 54 são do género feminino, enquanto que 157 são do género masculino, pelo que a taxa de feminização no ano de 2010 decresceu de 26,19% para 25,59%.

Distribuição por Carreira 2010



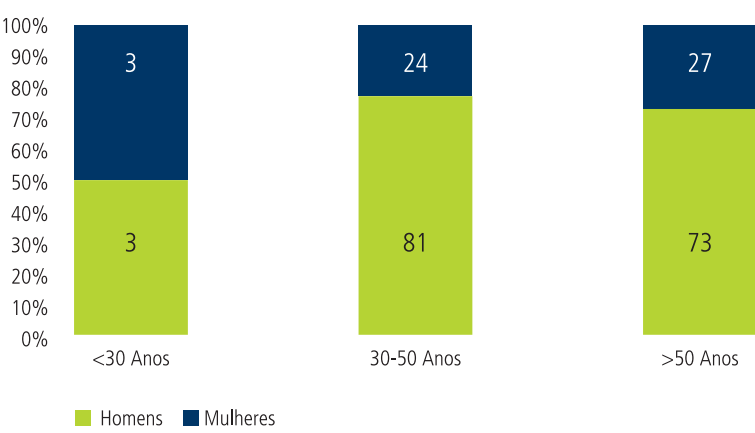
Relativamente a cargos de direcção e chefia, verifica-se que do total de chefias em 2010, 90% são do género masculino e 10% do género feminino, salientando-se ainda que 27% dos trabalhadores do género masculino são titulares de cargos de direcção e chefia e 9% dos do género feminino são titulares de cargos de direcção e chefia. O número de chefias no ano de 2010, distribuído por género e por carreira profissional, é o seguinte:

Distribuição de Chefias por Carreira Profissional em 2010

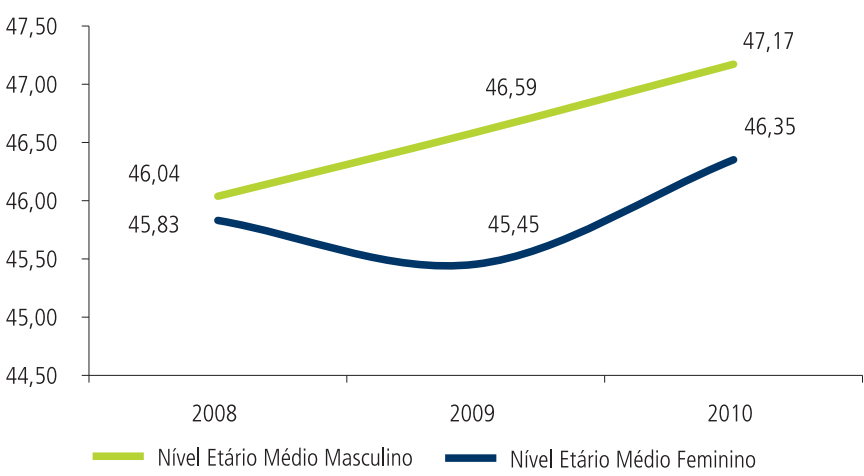


A evolução da estrutura etária mostrada no gráfico abaixo, demonstra que grande parte dos trabalhadores, quer do género feminino, quer do género masculino, se encontra nos escalões etários superiores a 30 anos de idade, em especial no escalão etário dos 50 aos 54 anos de idade, verificando-se ainda um aumento do nível etário médio de trabalhadores de ambos os géneros.

Estrutura Etária em 2010



Evolução do Nível Etário Médio



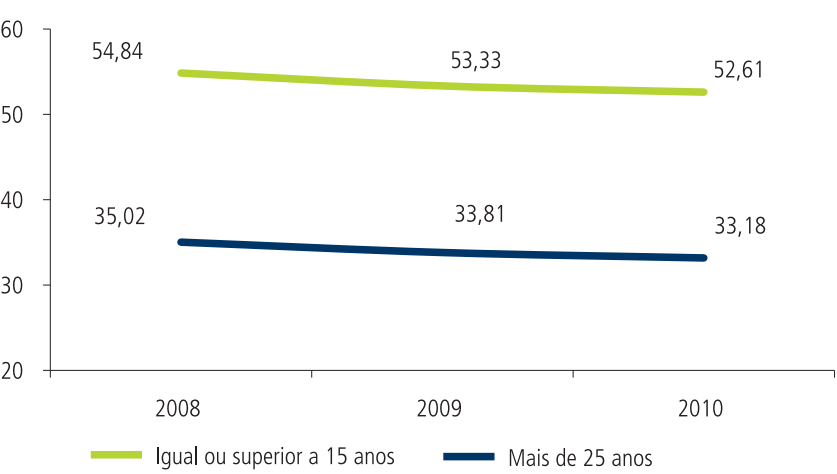


A APS tem uma cultura de flexibilidade de organização dos tempos de trabalho, que abrangeu em 2010, 80% dos trabalhadores, sendo 11% reportada ao género feminino e 69% do género masculino, potenciada pela possibilidade de compensação de tempos de trabalho. Não havendo inconveniente para o serviço e com o acordo do trabalhador, as horas de trabalho suplementar podem ser compensadas com folgas ou deduções no período normal de trabalho com possibilidade de através das tecnologias de informação e comunicação, as funções ser exercidas remotamente. No que respeita a modalidades de horário de trabalho, a percentagem de mulheres em regime de isenção de horário de trabalho continua a aumentar quase duplicando no ano de 2010 relativamente ao ano de 2009, ou seja, passou de 24% para 44%. Relativamente ao género masculino, registou-se um ligeiro decréscimo de trabalhadores em regime de isenção de horário de trabalho, passando no ano de 2009 de 94% para 92% no ano de 2010. O Regulamento RI11 - "Regulamento interno de registo de presenças" prevê ainda no seu artigo 11º horários de trabalho específicos, ou seja, a possibilidade do Conselho de Administração de, sempre que circunstâncias relevantes o justifiquem, estabelecer formas particulares de organização do trabalho, naturalmente mais conciliadoras de necessidades específicas.

MODALIDADE DE HORÁRIO	GÉNERO	2008	2009	2010
Horário Flexível Pilotos	H	10	10	11
	M	0	0	0
	T	10	10	11
Horário Regular	H	9	10	12
	M	47	42	30
	T	56	52	42
Horário Turnos Permanente Total	H	78	78	74
	M	1	1	1
	T	79	79	75
Isenção de Horário Regular	H	61	57	60
	M	11	12	23
	T	72	69	83
TOTAL	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211

Relativamente à antiguidade na empresa, cerca de 53% dos trabalhadores apresenta uma antiguidade igual ou superior a 15 anos e de entre estes mais de 33% tem mais de 25 anos, o que representa uma estrutura de antiguidade elevada, verificando-se ainda uma tendência de decréscimo da estrutura de antiguidade de ambos os géneros, por motivo de saída de trabalhadores por aposentação ou reforma.

Evolução da Estrutura de Antiguidade



Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções e por locais de operação.
-----------	------	--

Na APS existe apenas uma tabela salarial, única e aplicável a todos os trabalhadores, independentemente do género, procedendo-se ao tratamento do leque salarial e do leque salarial interpretativo, por género, cuja evolução é a seguinte:

		2008	2009	2010
Leque salarial líquido	Maior vencimento base líquido	4,52	5,40	7,22
	Menor vencimento base líquido			
		2008	2009	2010
Leque salarial líquido (género feminino)	Maior vencimento base líquido	4,27	5,40	6,55
	Menor vencimento base líquido			
		2008	2009	2010
Leque salarial líquido (género masculino)	Maior vencimento base líquido	4,06	4,69	7,33
	Menor vencimento base líquido			
		2008	2009	2010
Leque salarial interpretativo	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,81	2,81	3,64
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			
		2008	2009	2010
Leque sal. interpretativo (género feminino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	3,14	2,65	3,40
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			
		2008	2009	2010
Leque sal. interpretativo (género masculino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,92	3,31	3,64
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			

### 3.4. Indicadores de desempenho social - Direitos humanos

A abordagem de gestão relativa a direitos humanos encontra-se descrita na resposta aos indicadores de desempenho, importando dar destaque ao já referido Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460, onde constam os princípios gerais de actuação da APS, salientando-se ainda que na actuação externa dos seus colaboradores, designadamente quando em actividades em representação da APS, é exigível uma atitude de comprometimento com as normas relativas às relações com o accionista, com os clientes e fornecedores e com outras partes interessadas, públicas e privadas, ou seja, com a sociedade em geral.

#### Aspecto: Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva

Essencial	HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
-----------	-----	---

Não existem casos de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação ou de realização de acordos de contratação colectiva, respeitando-se o direito de livre exercício da liberdade de associação, registando-se cerca de 43% de trabalhadores sindicalizados, pelo que das 54 mulheres cerca de 22% são sindicalizadas, e dos 157 homens, 50% são também sindicalizados.

#### Aspecto: Práticas de segurança

Adicional	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.
-----------	-----	---

A APS garante o serviço de vigilância das instalações e património através de prestação de serviços, ao qual estão indexados um total de 14 elementos, 3 mulheres e 11 homens, sendo que para o exercício das funções todos são titulares de cartão profissional emitido pelo Ministério da Administração Interna.



### 3.5. Indicadores de desempenho social - Sociedade

A abordagem de gestão relativa a sociedade, para além de descrita na resposta aos indicadores de desempenho, está directamente relacionada com a preocupação constante da APS em adequar a sua actuação àqueles que são os interesses e necessidades da comunidade onde se insere, e desta forma, a APS procura executar acções voluntárias na sociedade que vão para além daquilo que está regulado em legislação, tendo em vista por um lado, potencializar os seus impactos positivos na sociedade, e por outro reduzir ou minimizar os eventuais impactos negativos nessa mesma sociedade, garantido este seu posicionamento através do Código de Ética e de Conduta, e do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, que procuram assegurar a condução a um diálogo efectivo com as partes interessadas, eficaz não só para a prossecução do seu negócio, como para o alcance de actuações mais socialmente responsáveis.

#### Aspecto: Comunidade

Essencial	<b>S01</b>	Percentagem de operações/acções em estreita colaboração com a comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento.
-----------	------------	---

A actividade da APS estende-se por uma vasta área de jurisdição portuária terrestre e marítima, tendo sido implementados mecanismos que permitem gerir os impactes na comunidade.

Com uma periodicidade, pelo menos, anual são efectuadas auditorias aos concessionários e licenciados, onde é analisado o cumprimento de requisitos legais e outros requisitos, o desempenho operacional e o desempenho de ambiente e segurança, uma vez que as actividades destas Entidades podem ter impactes significativos na comunidade, importando ainda salientar que todos os processos de consulta relativos a novos projectos integram requisitos de ambiente e segurança, que devem ser cumpridos, sendo o seu cumprimento monitorizado.

Ao nível da comunicação externa, a APS tem implementada uma metodologia que permite receber, registar e responder às comunicações relevantes das partes interessadas, quer sejam pedidos de informação, sugestões ou ocorrências ambientais, salientando-se que de acordo com o Procedimento definido relativo ao tratamento de reclamações, não se registou no ano de 2010 qualquer reclamação de âmbito ambiental.

As contribuições das partes interessadas, nomeadamente da sociedade são importantes e relevantes, podendo mesmo resultar na tomada de medidas concretas que permitam a melhoria das operações, abrangendo a comunicação externa as entidades institucionais, na disponibilização pela APS de toda a informação solicitada pela administração local, central e outras.

De salientar ainda a manutenção de Protocolos de Colaboração com a Universidade de Évora e com a QUERCUS, participando ainda a APS como parceira no projecto GISA- Gestão Integrada de Saúde e Ambiente que decorre no período 2008-2011, e que abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira, e que tem como finalidade implementar um sistema integrado de informação espacial-temporal da qualidade do ar, para monitorizar, avaliar e alertar situações de risco ambiental para a saúde pública na região do Litoral Alentejano.

Relativamente a programas de monitorização, no ano de 2010 foi executado o Plano Geral de Exames Químicos e Microbiológicos do Porto de Sines que permitiu avaliar a qualidade da água e das areias para uso balnear, tendo na área portuária continuado a ser desenvolvido o Plano de Monitorização dos Ambientes Marinhos que permite avaliar a qualidade do ambiente no Porto de Sines, sendo ambos os programas coordenados pelo Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora.

#### Aspecto: Corrupção

Essencial	<b>S02</b>	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
-----------	------------	--

Em consonância com o Código de Ética e de Conduta da APS, foi aprovado o “Plano de prevenção de riscos de *compliance*”, onde são reconhecidas e analisadas as áreas de risco de corrupção e infracções conexas na actividade da administração portuária e as correspondentes medidas de prevenção, procedendo-se à análise do seguinte indicador.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Índice de análise de risco de corrupção			
$\frac{n.º \text{ unidades analisadas}}{n.º \text{ unidades APS}} \times 100$	n.d.	100%	60%

Essencial	<b>S03</b>	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.
-----------	------------	--

A APS realizou 8 acções de sensibilização/formação em políticas e práticas de anticorrupção, dirigidas a todos os trabalhadores, no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos e de Corrupção e do Código de Ética e de Conduta, nas quais participaram 137 trabalhadores, dos quais 47 mulheres e 90 homens.

Essencial	<b>S04</b>	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
-----------	------------	---

A APS não registou incidentes relacionados com a corrupção, tendo no entanto, elaborado um plano em que foram evidenciadas as medidas de prevenção de riscos de corrupção e um relatório de acompanhamento do referido plano.

Aspecto: Políticas públicas

Essencial	S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
-----------	-----	---

O Código de Ética e de Conduta, formalizado no Regulamento RI019, com base na Norma NP 4460, constitui um documento onde se inscrevem os valores que pautam a sua actuação, bem como os princípios gerais de actuação e as respectivas normas de conduta, tendo-se do mesmo dado conhecimento à estrutura representativa dos trabalhadores e efectuado depósito na Autoridade para as Condições do Trabalho, referindo-se ainda que a APS tem tomado posição, a nível institucional, na definição de políticas públicas mas não integra grupos de pressão organizados.

3.6. Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto

A abordagem de gestão relativa à responsabilidade pelo produto recaem sobre a resposta aos indicadores, abordando aspectos relativos à saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de marketing, privacidade do cliente e conformidade.

De salientar ainda que os serviços portuários se encontram disponíveis todos os dias do ano e a qualquer hora do dia, concorrendo para a formação do produto portuário que consta do Manual do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (02MA01), sendo as principais marcas as seguintes:



Porto de Sines



ZalSines



Porto de Recreio de Sines



Janela Única Portuária\*



Janela Única Portuária II\*

\* Marca registada em conjunto com a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA e com a APL - Administração do Porto de Lisboa, SA

Aspecto: Saúde e segurança do cliente

Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.
-----------	-----	---

A APS tem implementada uma metodologia para a identificação dos aspectos ambientais e perigos que têm ou possam ter efeitos significativos no ambiente e na segurança e saúde e a avaliação dos respectivos impactes ambientais e riscos, resultantes da sua actividade enquanto Autoridade Portuária e que esta possa influenciar e sobre as quais tem controlo, baseada nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

São efectuadas auditorias periódicas ao SI tendo por base os referenciais normativos ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, assim como a política da qualidade, ambiente e segurança e os seus processos, com os seguintes índices de conformidade com os procedimentos aplicáveis.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Índice de aplicação da qualidade	89,20%	89,61%	91,70%
Índice de aplicação de segurança	86,19%	88,40%	91,48%
Índice de aplicação de ambiente	87,75%	87,23%	91,40%

Estes índices destinam-se a avaliar o grau de aplicação prática da documentação relevante, sendo que as questões constantes das listas de verificação permitem uma constante reformulação entre o desenvolvimento da actividade e a sua descrição documental, de modo a facilitar a melhoria contínua dos aspectos da qualidade, ambiente e segurança.

Adicional	PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.
-----------	-----	---

A APS não registou reclamações relativas a incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.



Adicional	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.
-----------	-----	--

A APS dispõe do Processo M.PRO016 – “Tratamento de reclamações”, no âmbito do SI, que descreve as responsabilidades e metodologia para a recepção e tratamento de reclamações. Este processo é monitorizado pela entidade reguladora, Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) no que diz respeito aos livros de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 371/2007 de 6 de Novembro e articulado com o Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Sines de acordo com o Estatuto do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Sines. Neste sentido a APS controla os seguintes indicadores:

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES E PARTES INTERESSADAS	Indicador	2008	2009	2010
Índice de resposta às reclamações	$IRR = \frac{RR}{RT} \times 100$			
	RR – Nº Reclamações resolvidas no ano			
	RT – Nº Reclamações apresentadas	50%	100%	100%
Índice de resposta no prazo estabelecido	$IRRP = \frac{RRP}{RR} \times 100$			
	RRP – Nº total de reclamações respondidas dentro do prazo			
	RR – Nº Reclamações resolvidas no ano	70%	80%	90%

RR – número de reclamações respondidas, RT – número de reclamações apresentadas à APS, RRP – número de reclamações respondidas no prazo.

O Processo M.PRO013 - “Processo de Avaliação da Satisfação”, descreve as responsabilidades e actividades a desenvolver, correspondentes à avaliação do grau de satisfação dos clientes, com os seguintes indicadores:

SATISFAÇÃO DE CLIENTES		Indicadores	2008	2009	2010
Cliente – navio	$IS = \frac{\sum p_i \otimes V_i}{3 \otimes (\sum p_i) \otimes n.^o \text{ questões}}$	IS – Índice de satisfação Pi – ponderação Vi - valorização	88,93%	89,86%	86,63%
Concessionários, licenciados e agentes de navegação			99,41%	84,86%	83,78%
Porto de recreio – permanentes			64,14%	n.d.	72,85%
Porto de recreio – temporários			87,29%	n.d.	87,36%
Global		$IG = \sum \frac{IS_i}{n}$	IG – Índice global IS – Índices de satisfação	84,94%	87,36%

A APS dispõe ainda do Processo M.PRO006 - “Avaliação dos fornecedores”, que garante a contratação de fornecedores adequados aos objectivos e requisitos da APS, pelo que a evolução do índice de qualificação de fornecedores é a seguinte:

QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES		2008	2009	2010
Índice de qualificação dos fornecedores	$IQ = \frac{\text{Nº fornecedores qualificados}}{\text{Nº total fornecedores}}$	100%	100%	100%



#### 4. AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI



## 4. AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI

O Relatório de Sustentabilidade da APS foi elaborado de acordo com as directrizes da Global Reporting Initiative, G3.1, auto-declarando-se o cumprimento do nível A de aplicação das directrizes GRI, relativamente ao perfil e indicadores de desempenho.



### Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **APS-Administração do Porto de Sines, SA** apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2010" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 8 de junho 2011



Nelmar Arbex  
Vice-Presidente  
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho económico, ambiental e social. [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)

**Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 31 de maio 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.



## 5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI





## 5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
	<b>1</b>	<b>Estratégia e Análise</b>		
	1.1	Declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	RS	1
	1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	RC	5 a 7, 26 a 28, 66
	<b>2</b>	<b>Perfil Organizacional</b>		
	2.1	Denominação organização relatora	RS	4
	2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	RS RC	35 10 a 12
	2.3	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	RS RC	10 49, 53 a 55, 63
	2.4	Localização da sede social da organização	RS	4
	2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade abrangidas pelo relatório	RC	10 a 11
	2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	RC	60
	2.7	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	RS RC	1 10 a 11
	2.8	Dimensão da organização relatora	RC	16 a 18, 26 a 28, 63
	2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista	RC	3
	2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	RS	9
	<b>3</b>	<b>Parâmetros para o Relatório</b>		
	3.1	Período abrangido para as informações apresentadas no relatório	RS	4
	3.2	Data do último relatório publicado(se aplicável)	RS	4
	3.3	Ciclo de publicação de relatórios	RS	4
	3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	RS	4
	3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	RS	4
	3.6	Limite do relatório (por ex., países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> , fornecedores)	RS	4
	3.7	Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	RS	4
	3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	RS RC	10 49, 53 a 55
	3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	RS	4
	3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, na natureza do negócio, métodos de medição)	RS	4
	3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	RS	4

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
	3.12	Sumário do conteúdo da GRI	RS	40 a 47
	3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia e fiabilidade para o relatório	RS	38
<b>4 Governação, Compromissos e Envolvimento</b>				
	4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	RC	62
	4.2	Indique se o presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	RC	62
	4.3	Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o número e género de membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou os membros não-executivos	RC	62
	4.4	Mecanismos que permitam a accionistas e trabalhadores transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	RS RC	22 71
	4.5	Relação entre remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	RS RC	14, 33 63 a 65
	4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse	RC	68
	4.7	Processo para determinar a composição, qualificações e nível de conhecimento técnico dos membros dos mais altos órgãos de governação e seu comités, incluindo quaisquer considerações sobre género ou outros indicadores de diversidade	RC	71
	4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	RC	68 www.portodesines.pt www.dgtf.pt
	4.9	Processos do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	RC	6 a 7, 65 a 68
	4.10	Processos para avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	RC	65 a 68
	4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	RC	68 a 69
	4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou defende	RS	4 a 7
	4.13	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais, em que a organização detém posições nos órgãos de governação, participa em projectos e comissões, contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes, encara a participação como estratégica	RS RC	12 49
	4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	RS	4, 9
	4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	RS	9 www.portodesines.pt
	4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	RS	9 a 10 www.portodesines.pt
	4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	RS	9 a 10 www.portodesines.pt
<b>5 Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho</b>				
	5.1	<b>Indicadores de Desempenho Económico</b>		
		<b>Abordagem de Gestão e Desempenho</b>	RS	12

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
<b>Aspecto - Desempenho Económico</b>				
Essencial	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	RS	12
Essencial	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita prospectivamente determinar eventuais impactos de alterações climáticas, contudo a longo prazo pretende implementar sistemas de monitorização de apoio à estratégia capazes de tratar este tipo de variáveis.</i>	RS	42
Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	RS	13
Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	RS	13
<b>Aspecto - Presença no Mercado</b>				
Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes	RS	14
Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	RS	14
Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	RS	15
<b>Aspecto - Impactos Económicos Indirectos</b>				
Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente benefício público, através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	RS	15
Adicional	EC9	Descrição e análise dos impactos económicos indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão <i>A APS em 2010 não registou impactos significativos que possam ser apontados neste indicador.</i>	RS	42
<b>5.2 Indicadores de Desempenho Ambiental</b>				
		<b>Abordagem de Gestão e Desempenho</b>	RS	15
<b>Aspecto - Materiais</b>				
Essencial	EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	RS	16
Essencial	EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua actividade principal de fornecimento de serviços.</i>	RS	42
<b>Aspecto - Energia</b>				
Essencial	EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária	RS	16
Essencial	EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária	RS	17
Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	RS	17
Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	RS	17
Adicional	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita identificar reduções no consumo indirecto de energia nem reduções alcançadas.</i>	RS	42
<b>Aspecto - Água</b>				
Essencial	EN8	Consumo total de água por fonte	RS	17
Adicional	EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água <i>A APS, para a realização das suas actividades não explora nenhum poço ou furo, sendo todos os seus consumos provenientes de entidades abastecedoras, a Câmara Municipal de Sines e as Águas de Santo André.</i>	RS	42



Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Adicional	EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada <i>A APS não tem instalações para a reciclagem ou reutilização das águas residuais e das pluviais.</i>	RS	43
Aspecto - Biodiversidade				
Essencial	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zona protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	RS	18
Essencial	EN12	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	RS	18
Adicional	EN13	Habitats protegidos ou recuperados	RS	18
Adicional	EN14	Estratégias e programas actuais futuros, de gestão de impactos na biodiversidade	RS	18 a 19
Adicional	EN15	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção <i>A APS não tem na sua área de jurisdição habitats de espécies ameaçadas ou em risco de extinção</i>	RS	43
Aspecto - Emissões, Efluentes e Resíduos				
Essencial	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito estufa, por peso	RS	19
Essencial	EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito estufa, por peso	RS	20
Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	RS	20
Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	RS	20
Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	RS	20
Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	RS	20
Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	RS	21
Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos.	RS	21
Adicional	EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia - Anexo I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional <i>A APS, no desenvolvimento da sua actividade não produz resíduos que necessitem de ser geridos nos termos da Convenção de Basileia.</i>	RS	43
Adicional	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial <i>A APS não tem registos de recursos hídricos e habitats afectados de forma significativa pelas descargas de águas ou escoamento superficial.</i>	RS	43
Aspecto - Produtos e Serviços				
Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto	RS	21
Essencial	EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua actividade principal de fornecimento de serviços.</i>	RS	43
Aspecto - Conformidade				
Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o numero total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	RS	21
Aspecto - Transporte				
Adicional	EN29	Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em EN17.</i>	RS	43





Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspecto - Geral				
Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	RS	22
5.3 Indicadores de Desempenho Sociais - Práticas Laborais e Trabalho Condigno				
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	22
Aspecto - Emprego				
Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região, distribuídos por género	RS	23
Essencial	LA2	Número total de trabalhadores, taxa de contratação de trabalhadores e de rotatividade, por faixa etária, género e região	RS	24
Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial, nas unidades operacionais importantes	RS	25
Essencial	LA15	Regresso ao trabalho e taxa de retenção após parentalidade, por género	RS	25
Aspecto - Relações entre os Trabalhadores e a Administração				
Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos e contratação colectiva	RS	25
Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva	RS	25
Aspecto - Segurança e Saúde no Trabalho				
Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	RS	26
Essencial	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região e por género	RS	26
Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	RS	27 a 29
Adicional	LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em LA6, na parte relativa a Comissão de SST.</i>	RS	26, 44
Aspecto - Formação e Educação				
Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador e por género, discriminadas por categoria de funções	RS	29
Adicional	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira	RS	30
Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira, por género	RS	30
Aspecto - Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	RS	30 a 32
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções e por locais de operação	RS	33
5.4 Indicadores de Desempenho - Direitos Humanos				
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	33
Aspecto - Práticas de Investimento e de Aquisições				
Essencial	HR1	Percentagem e número total de investimentos significativos, acordos e contratos que contenham cláusulas que incluam questões de âmbito dos direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a uma avaliação na área dos direitos humanos <i>A APS, segue o previsto no Código dos Contratos Públicos.</i>	RS	44



Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Essencial	HR2	<p>Percentagem de fornecedores, empresas contratantes ou outros parceiros de negócio significativos, que tenham sido sujeitos a uma avaliação na área dos direitos humanos, e acções levadas a cabo</p> <p><i>Na APS, dos seis maiores fornecedores registados em 2010, nenhum apresentou um volume de facturação superior a 1.000.000,00€, não sendo por isso significativos. Contudo, nos contratos celebrados com empresas contratadas os direitos humanos estão salvaguardados pela lei em vigor, não sendo esta uma situação crítica, procedendo-se ainda internamente, através do M.PRO.006 a avaliação de fornecedores, assegurando-se que as aquisições são efectuadas a fornecedores qualificados de bens e serviços e avaliando-se entre outros parâmetros, que o fornecedor detenha um sistema de gestão da qualidade certificado. Acresce ainda que a APS tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS.</i></p>	RS	45
Essencial	HR3	<p>Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores que beneficiaram de formação</p> <p><i>A APS responde ao presente indicador, conforme relatado no indicador SO3 na parte relativa a Código de Ética e de Conduta.</i></p>	RS	34, 45
		<b>Aspecto - Não-Discriminação</b>		
Essencial	HR4	<p>Número total de casos de discriminação e acções correctivas tomadas</p> <p><i>A APS, tem em execução vários instrumentos por forma a garantir o respeito por diferentes comunidades, através do A.PRO010, relativo a formação profissional, do A.PRO.009, relativo a selecção e recrutamento de recursos humanos, do M.PRO.016 relativo a reclamação de clientes e do M.PRO.013 relativo a satisfação de clientes, tendo ainda em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos e a igualdade como princípios gerais de actuação da APS, não tendo sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a discriminação durante o ano de 2010, não tendo portanto sido tomadas acções correctivas.</i></p>	RS	45
		<b>Aspecto - Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva</b>		
Essencial	HR5	<p>Casos em que exista um risco significativo de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação</p>	RS	33
		<b>Aspecto - Trabalho Infantil</b>		
Essencial	HR6	<p>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua efectiva abolição</p> <p><i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS. Na actividade da APS não existem riscos de ocorrência de trabalho infantil, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua abolição.</i></p>	RS	45
		<b>Aspecto Trabalho Forçado e Escravo</b>		
Essencial	HR7	<p>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de todas as formas de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação</p> <p><i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta, aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS. Na actividade da APS não existem riscos de ocorrência de qualquer das formas de trabalho forçado ou escravo, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua eliminação.</i></p>	RS	45
		<b>Aspecto - Práticas de Segurança</b>		
Adicional	HR8	<p>Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações</p>	RS	33
		<b>Aspecto - Direitos dos Povos Indígenas</b>		
Adicional	HR9	<p>Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas</p> <p><i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não tem registo de casos de violação de direitos dos povos indígenas.</i></p>	RS	45



Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
<b>Aspecto - Impacto</b>				
Essencial	HR10	Percentagem ou número total de operações/acções sujeitas a uma revisão/verificação no âmbito dos direitos humanos e/ou avaliação dos impactos <i>A APS, não reporta e não tenciona reportar o presente indicador já que não existem incidentes relativos a violação de direitos humanos.</i>	RS	46
<b>Aspecto - Correção</b>				
Essencial	HR11	Número de reclamações no âmbito dos direitos humanos registadas, endereçadas/dirigidas e solucionadas de acordo com os mecanismos legais para o efeito <i>Não foram registadas reclamações no âmbito dos direitos humanos.</i>	RS	46
<b>5.5 Indicadores de Desempenho Social - Sociedade</b>				
		<b>Abordagem de Gestão e Desempenho</b>	RS	34
<b>Aspecto - Comunidade</b>				
Essencial	SO1	Percentagem de operações/acções em estreita colaboração com a comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento	RS	34
Essencial	SO9	Operações/acções de potencial significativo ou de impacto negativo efectivo nas comunidades locais	RC	66 a 68
Essencial	SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações de potencial significativo ou de impacto negativo efectivo nas comunidades locais	RC	66 a 68
<b>Aspecto - Corrupção</b>				
Essencial	SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	RS	34
Essencial	SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	RS	34
Essencial	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	RS	34
<b>Aspecto - Políticas Públicas</b>				
Essencial	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	RS	35
Adicional	SO6	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não registou a atribuição de qualquer contribuição financeira ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas.</i>	RS	46
<b>Aspecto - Concorrência Desleal</b>				
Adicional	SO7	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados <i>A APS não foi alvo de qualquer acção judicial no âmbito mencionado.</i>	RS	46
<b>Aspecto - Conformidade</b>				
Essencial	SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos <i>A APS, não reporta o presente indicador, por em 2010 o valor monetário de multas não ter materialidade pelo que não se justifica a sua desagregação por diferentes categorias.</i>	RS	46
<b>5.6 Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto</b>				
		<b>Abordagem de Gestão e Desempenho</b>	RS	35
<b>Aspecto - Saúde e Segurança do Cliente</b>				
Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	RS	35
Adicional	PR2	Refira o número total de casos de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	RS	35



Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspecto - Rotulagem de Produtos e Serviços				
Essencial	PR3	Tipo de informação sobre os produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua actividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	RS	47
Adicional	PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua actividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	RS	47
Adicional	PR5	Procedimentos relacionadas com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	RS	36
Aspecto - Comunicações de Marketing				
Essencial	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que todas as acções de marketing são adequadas a padrões éticos e culturalmente aceites, não se verificando abordagens de marketing vistas como inapropriadas que possam representar risco para a organização.</i>	RS	47
Adicional	PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não existem incidentes resultantes de não conformidade de procedimentos de marketing.</i>	RS	47
Aspecto - Privacidade do Cliente				
Adicional	PR8	Número total de <i>reclamações</i> registadas relativas à violação da privacidade de clientes <i>A APS não tem registo de reclamações registadas no âmbito do SI relativas à violação de privacidade de clientes.</i>	RS	47
Aspecto - Conformidade				
Essencial	PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços <i>A APS não tem registo de coimas significativas por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.</i>	RS	47
5 Autodeclaração do nível de aplicação da GRI			RS	38





## 6. LISTA DE ACRÓNIMOS E SÍMBOLOS



6. LISTA DE ACRÓNIMOS E SÍMBOLOS

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ADFER	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário
AERSET	Associação Empresarial da Região de Setúbal
AES	Associação Empresarial de Sines
AIPQR	Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação
APA	Associação Porta Atlântica
APDL	Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.
APG	Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
APOCEEP	Associação Portuguesa do Centro Europeu com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral
APP	Associação dos Portos de Portugal
APPR	Associação Portuguesa de Portos de Recreio
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
APS	Administração do Porto de Sines, SA
APTMCD	Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância
ARTENIUS	ARTENIUS Portugal Industria de Polímeros, S.A.
ARTLANT PTA	ARTLANT PTA, S.A.
AVAC	Sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CDN	Corredor de Desenvolvimento do Norte Nacala
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIEMAR	Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora
CIMPOR	CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.
CLT	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.
CMS	Câmara Municipal de Sines
CO	Monóxido de carbono
CTT	CTT Correios de Portugal, S.A.
D1	Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc)
D8	Tratamento biológico não especificado em qualquer parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12.
D15	Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão) do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada)
DOCAPESCA	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.
EBITDA	Resultados antes de amortizações, juros e imposto s/ rendimento
EC	Económico

EN	Ambiental
ENIDH	Escola Náutica Infante D. Henrique
EPIBAL	Empresa de Pilotagem da Barra de Luanda
ERP	Enterprise Resource Planning
ESPO	European Sea Ports Organization
ETLA	Associação para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano
EURORESINAS	EURORESINAS - Indústrias Químicas, S.A.
FAE	Fórum de Administradores de Empresas
FSP	Fórum para a Simplificação de Procedimentos
GALP	Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
G.PRO	Processo de Gestão
GC	Gestor de Contrato
GISA	Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente
GJ	Gigajoules
GNL	Gás Natural Liquefeito
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRI	Global Reporting Initiative
Grs	Gramas
GT	Gross Tonnage
H	Homens
ha	hectare
HR	Direitos humanos
IAPH	International Association of Ports and Harbours
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.
IQ	Índice de Qualificação
IS	Índice de Satisfação
ISO	International Organization for Standardization
IUCN	International Union for Conservation of Nature
J. MATIAS	J. Matias, Unipessoal, Lda.
JUP	Janela Única Portuária
kW	quilowatt
l	Litro
LA	Práticas laborais e trabalho condigno



LED	<i>Light emitting diode</i>
M	Mulheres
Marmedsa	Marmedsa - Agência Marítima (Portugal), Lda.
M.PRO	Processo de Medição
N	Não
NA	Não Aplicável
NAUTISINES	NAUTISINES Formação de Navegadores de Recreio, Lda.
n.d.	Sem dados relativos ao ano
NOQUIMAR	NOQUIMAR Transportes Marítimos, Lda.
NOx	Óxidos de azoto
NP	Norma Portuguesa
ODS	<i>Ozone Depleting Substances</i>
OE	Orçamento do Estado
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
PD	Procedimento
PEDREC	Pedreiras e Construções, Lda.
PETROGAL	PETROGAL - Petróleos de Portugal, S.A.
Pi	Ponderação
PIANC	<i>Word Association for Waterborne Transport Infrastructure</i>
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PL	Plano
POAT	Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes
PORTSINES	PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
PQ	Plano da Qualidade
PR	Responsabilidade pelo produto
PRTR	<i>Pollutant Release and Transfer Register</i>
PSA	<i>Port of Singapore Authority</i>
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
R4	Reciclagem/recuperação de metais e ligas
R9	Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos
R13	Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com excepção do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada)
RC	Relatório e Contas do Exercício

REBOPORT	REBOPORT - Sociedade Portuguesa de Reboques Marítimos, S.A.
REN ATLÂNTICO	REN ATLÂNTICO Terminal de GNL, S.A.
RI	Regulamento Interno
RR	Número Reclamações resolvidas no ano
RRP	Número de reclamações respondidas dentro no prazo
RS	Relatório de Sustentabilidade
RT	Número Reclamações apresentadas
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
S	Sim
SAP	<i>Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung</i>
SEEMAR	SEEMAR Centro de Margulho
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SI	Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança
SIGÁS	SIGÁS - Armazenagem de Gás, A.C.E.
SITANK	SITANK - Agência de Navegação, Lda.
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNTAP	Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias
SO	Sociedade
SOx	Óxidos de enxofre
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
T	Total
TB	Tabela
TCO	<i>Tjänstemännens Centralorganisation (Swedish Confederation of Professional Employees)</i>
TCO2e	Dióxido de carbono total
TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
TGLS	Terminal de Granéis Líquidos de Sines
TON	Tonelada
TUP	Taxa de Uso do Porto
TXXI	Terminal de Contentores
UPS	UPS - Ups Supply Chain Solutions (Portugal) – Transitários, Unipessoal, Lda.
VETA	Veículo com Equipamento Técnico de Apoio
Vi	Valorização
ZAL	Zona de Actividades Logísticas





## 7. INQUÉRITO DE APRECIÇÃO





# 7. INQUÉRITO DE APRECIACÃO

A sua opinião conta para nós:

Identificação (facultativo)

Nome

Carreira/Profissão

Empresa

1. Faz parte de que grupo de stakeholder?

- ☐ Cliente
- ☐ Fornecedor
- ☐ Concessionário
- ☐ Agente de Navegação
- ☐ Outra Entidade da Comunidade Portuária
- ☐ Administração Central
- ☐ Administração Regional e Local
- ☐ Comunidade Sectorial, Regional e Local
- ☐ Instituição Académica ou outra
- ☐ Trabalhador
- ☐ Organismo Não Governamental
- ☐ Órgão de Comunicação Social
- ☐ Outro

Especifique:

2. Classifique a incidência do Relatório de Sustentabilidade de 2010, relativamente aos principais conceitos de sustentabilidade, de acordo com a seguinte escala:

(Escala: 1=Excelente; 2=Bom; 3=Suficiente; 4=Medíocre)

Âmbito Social:	1	2	3	4
Âmbito Ambiental:	1	2	3	4
Âmbito Económico:	1	2	3	4

3. Quais os aspectos que considerou mais positivos no Relatório de Sustentabilidade de 2010?

- ☐ A exactidão da informação
- ☐ A comparabilidade da informação
- ☐ A precisão da informação
- ☐ A periodicidade da informação
- ☐ A clareza da informação
- ☐ A utilidade da informação
- ☐ As acções promovidas pela APS
- ☐ As políticas definidas pela APS
- ☐ Outros

Especifique:

4. Teve contacto com o Relatório de Sustentabilidade da APS relativo a anos anteriores?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, através de que meio?

Se sim, como qualifica o Relatório de Sustentabilidade de 2010 relativamente aos Relatórios de Sustentabilidade de anos anteriores?

- ☐ Superior
- ☐ Semelhante
- ☐ Inferior

5. Comentários e/ou sugestões:

Obrigado pelo seu contributo.

Poderá remeter este Inquérito de Apreciação à APS de uma das seguintes formas:

- Por e-mail: [helena.silva@portodesines.pt](mailto:helena.silva@portodesines.pt)
- Por fax: +351 269 860 690
- Em papel: APS—Administração do Porto de Sines, SA, Directora de Recursos Humanos, Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal



## 8. RELATÓRIO ÚNICO



<b>ECT</b> INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	<b>CERTIFICADO</b> Data e hora de entrega: 2011-05-18 20:41 Chave de certificação: 39599ALM863652I  MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
--	---



  

RELATÓRIO ÚNICO		Ano de Referência 2010
<b>I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>		
1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501206950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305669	
3. Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, SA		
4. Localização e contactos da sede		
4.1 Morada: Rua do Porto Industrial	4.2 Localidade: Sines	
4.3 Código Postal: 7500 - 200 Sines	4.4 País: PT Portugal	
4.5 Distrito ou freguesia/ Município/ Freguesia: Setúbal - Sines - Sines		
4.6 Telefone/Telex: 268800900	4.7 Fax: 268800900	
4.8 Endereço de correio electrónico: helenalva@portodesines.pt		
<b>II. PESSOAS AO SERVIÇO</b>		
	Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano
1. Pessoas ao serviço da entidade empregadora	216	212
1.1 Trabalhadores por conta de outrem	211	211
2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano		
2.1 Número de trabalhadores destacados	0	
2.2 Número de destacamentos	0	
<b>III. FILIAÇÃO SINDICAL E FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES</b>		
1. Número de trabalhadores sindicalizados, em 31 de Outubro: 107		
2. Inscrita em Associações de empregadores? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
<b>IV. TRABALHO SUPLEMENTAR</b>		
1. Foram realizadas horas suplementares ao longo do ano? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
2. A relação nominal dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar durante o período de referência, com determinação do número de horas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art. 9.º 227 da Lei 109/08, foi visada pela comissão de trabalhadores ou, na sua falta, em caso de trabalhador filiado, pelo respectivo sindicato? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
<b>V. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA EMPRESA UTILIZADORA</b>		
1. Número de trabalhadores temporários		
1.1 em 31 de Outubro	0	1.2 em 31 de Dezembro
	0	0
1.3 Número médio durante o ano	0	
2. Fluxo de entradas ou saídas de pessoas em prestação de trabalho temporário, ao longo do ano		
2.1 Entradas durante o ano	H: 0 M: 0	2.2 Saídas durante o ano
	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0

VI. TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU PORÇOS DO CORPO COM MUDANÇAS NA PRESTAÇÃO DO TRABALHO					
	Menos de 18 anos	De 18 a 34 anos	De 35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 e mais anos
1.1 Distribuição por estrutura etária - TOTAL	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 1 M: 3	H: 0 M: 0
1.1.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0
1.1.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 69% (incl.)	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 1 M: 2	H: 0 M: 0
1.1.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 70%	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 1	H: 0 M: 0
	Inferior ao 2º ciclo ens. básico	3º ciclo ens. básico	Ensino Secundário	Ensino pós-sec. não superior	Ensino Superior
1.2 Distribuição por habilitação literária - TOTAL	H: 0 M: 0	H: 0 M: 1	H: 1 M: 2	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0
1.2.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0
1.2.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 69% (incl.)	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 1 M: 2	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0
1.2.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 70%	H: 0 M: 0	H: 0 M: 1	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0	H: 0 M: 0
<b>VII. DADOS ECONÓMICOS DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>					
1. Volume de negócios (VN): 2006000 € Ano a que se refere o VN: 2010					
2. Capital social: 80000000 €					
Repartição percentual: 2.1 Privado: 0 % 2.2 Estrangeiro: 0 % 2.3 Público: 100,0 % Nacional Nacional					
3. Encargos de formação profissional					
3.1 Montante financiado pela entidade empregadora: 35099 €					
3.1.1 Montante correspondente à remuneração das horas despendidas em formação: €					
3.1.2 Restante financiado da entidade empregadora: 35099 €					
3.2 Financiamento externo à entidade empregadora: €					
3.2.1 Do Fundo Social Europeu (FSE): €					
3.2.2 De outras fontes de financiamento: €					
3.3 Encargos globais com formação profissional (3.1 + 3.2): 35099 €					
4. Encargos no âmbito da segurança e saúde no trabalho					
4.1 Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho: 43606 €					
4.2 Na organização/modificação dos espaços de trabalho: 11643 €					
4.3 Na aquisição de bens ou equipamentos: 430220 €					
4.4 Na formação, informação e consulta: 278 €					
4.5 Outros: 348904 €					
4.6 TOTAL: 822803 €					



10. OUTROS DADOS COMPLEMENTARES DA ENTIDADE EMPREGADORA			
1. Valor Acrescentado Bruto (VAB)		25525408 €	Ano a que se refere o VAB 2010
1.1 Custos com o pessoal	12117198 €	1.4 Custos e perdas financeiras	112181 €
1.2 Amortizações de exercício	12645822 €	1.5 Imposto sobre o rendimento	253286 €
1.3 Provisões de exercício	26229 €	1.6 Resultado líquido de exercício	6626741 €
2. Encargos com regimes complementares de protecção social			
2.1 Encargos suportados e administrados pela entidade empregadora			
2.1.1 Subsídio por doença e doença profissional		€	
2.1.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência		€	
2.1.3 Outras prestações de segurança social		€	
2.2 Encargos suportados, mas não administrados, pela entidade empregadora			
2.2.1 Subsídio por doença e doença profissional		€	
2.2.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência		€	
2.2.3 Outras prestações de segurança social		€	
2.3 Encargos de acção e apoio social		320087 €	
3. Potencial máximo anual (horas trabalháveis, durante o ano)		365222	
4. N.º de horas não trabalhadas durante o ano, dos trabalhadores por conta de outrem, correspondentes aos dias normais de trabalho			
4.1 Motivo	4.2 Número de horas de ausência remuneradas	4.3 Número de horas de ausência não remuneradas	
01	H 0 M 0	H 304 M 35	
04	H 274 M 2039	H 84 M 0	
05	H 40 M 310	H 42 M 62	
06	H 399 M 214	H 0 M 0	
07	H 111 M 53	H 0 M 0	
08	H 0 M 18	H 0 M 0	
09	H 0 M 0	H 128 M 0	
10	H 27 M 0	H 0 M 0	
11	H 152 M 0	H 50 M 0	
12	H 86 M 0	H 0 M 0	
13	H 47 M 236	H 0 M 0	
14	H 823 M 97	H 0 M 29	

CERTIFICADO			
Data e hora de entrega: 2011-05-18 20:43			
Chave de certificação: 70202AIK704267C			
 <b>MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL</b> Autoridade para as Condições de Trabalho Gabinete de Estratégia e Planeamento		 <b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b> Direcção-Geral de Saúde	
ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho			
Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	N.º da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501258950	20006305889	136091	2010
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA			
1. Número de Identificação Fiscal (NIF)		2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	
501258950		20006305889	
3. Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, SA			
4. Localização e contactos da sede			
4.1 Morada: Rua do Porto Industrial			
4.2 Localidade: Sines			
4.3 Código Postal: 7520 - 208 Sines			
4.4 País: PT Portugal			
4.5 Distrito ou ilha/ Município/ Freguesia: 151301 Setúbal - Sines - Sines			
4.6 Telefone/ Telemóvel: 266660652 4.7 Fax: 266660650			
4.8 Endereço de correio electrónico: helen.silva@portodosines.pt			
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL			
1. Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, SA			
2. Localização e contactos da sede			
2.1 Morada: Rua do Porto Industrial			
2.2 Localidade: Sines			
2.3 Código Postal: 7520 - 208 Sines			
2.4 País: PT Portugal			
2.5 Distrito ou ilha/ Município/ Freguesia: 151301 Setúbal - Sines - Sines			
2.6 Telefone/ Telemóvel: 266660652			
I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)			
1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			
2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro			
52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA			
3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:			
	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	216	157	59
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	183	125	57
3.1.2 A trabalhar fora de unidade local (estabelecimento)	33	31	2
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	33	31	2
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)			
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)			
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços			
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	216	157	59
4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1			
357304			



II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1º socorro, combate a incêndios e evacuação de instalações?			31
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:	Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/>	Em separado <input type="checkbox"/>	
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comum/partilhado	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviços comuns/partilhados	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.7	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	

III - PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO					
1. Serviços internos, comuns/partilhados e/ou externos					
1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exerceram actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):					
1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal	
1	1	2	0	0	
1.2 Médico(s) do trabalho:					
1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:		1.2.2 N.º(s) da cédula profissional		1.2.3 N.º de horas mensais de afectação	
JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS		16131		36,00	
1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:					
1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho		1.3.2 N.º(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)			
ANDREIA CRISTINA CANDEIAS CALADO		01890108EC5			
LUIZ MIGUEL DA SILVA MOURÃO		0902/1323702			
1.4 Director/Responsável dos Serviços:					
1.4.1 De Segurança	1.4.1.1 NIF	123889530	1.4.1.2 Nome	JOSÉ AFONSO BRAZUNA FONTES	
1.4.2 De Saúde	1.4.2.1 NIF	118826580	1.4.2.2 Nome	HELENA MARIA DE SOUSA GOMES DA SILVA	
1.5 Empregador					
1.5.1 Nome do Empregador:				1.5.2 n.º autorização:	
1.6 Trabalhador Designado:					
1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:				1.6.2 n.º autorização:	
1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:					
2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)					
2.1 Serviços de Segurança					
2.2 Serviços de Saúde					

IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	
1. Foram organizados programas de prevenção:	
1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais:	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
1.2 Programa de promoção da saúde:	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
1.3 Programa de vigilância de saúde:	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
2. Foram realizadas Auditorias?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
3. Foram realizadas Inspeções?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>

## 4. Acções de informação, consulta, e formação aos trabalhadores

## 4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional

4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 Nº de acções realizadas	4.1.1.3 Nº de destinatários
01	3	3
05	2	12

## 4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho

4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☒ Não ☐

4.2.1.1 Código da situação contemplada	4.2.1.2 Nº de acções realizadas	4.2.1.3 Nº de participantes
01	3	152
02	4	230
99	2	165

## 4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho

4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 Nº de acções realizadas	4.3.1.3 Nº de participantes
06	2	H 2 M 1
10	4	H 1 M 11
12	14	H 44 M 0
99	4	H 1 M 1

## 5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco

5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 Nº de trabalhadores expostos	5.1.3 Nº de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 29 M 0	3	01 12
02	H 18 M 0	1	12
05	H 27 M 35	2	12
06	H 50 M 34	5	00 02 05 10 12
99	H 59 M 0	10	00 05 10 11 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código interno	Código EINECS (nº CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	Nº de trabalhadores expostos	Nº de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-5; gases de petróleo liquefeitos. [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.]	R23	H 18 M 0	2	12 14

1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-5; gases de petróleo liquefeitos. [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.]	R36	H 18 M 0	2	12 14
1876	271-262-3	Nafta (petróleo), carga de destilação directa tratada com argila; Nafta de baixo ponto de ebulição - não especificada	R36	H 18 M 0	2	12 14
1975	275-012-2	Óleos lubrificantes; Óleo base não especificado	R24	H 18 M 0	1	05 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R37	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R22	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R38	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R36	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R40	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R23	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R25	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R24	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R7	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14

5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	Legionella pneumophila	C.A.	H 52 M 52	1	06 13 14
9999	Outra	C.A.	H 35 M 0	3	14

## 5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético?

Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Código das medidas de prevenção adoptadas
1	H 27 M 35	1	8
2	H 75 M 35	8	0 6 8
3	H 27 M 35	2	4 8
4	H 51 M 35	5	0 8
5	H 59 M 0	13	0 1 6 8
6	H 77 M 83	4	0 7 8
7	H 29 M 34	1	2 3 4
8	H 30 M 0	2	5

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Código das medidas de prevenção adoptadas
01	H 27 M 35	2	01 05
05	H 11 M 0	1	01 05
06	H 27 M 35	1	01 05 99

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Código das medidas de prevenção adoptadas
03	H 24 M 0	3	00 08
06	H 101 M 52	20	00 01 05 11 14
07	H 0 M 3	2	10
08	H 53 M 0	5	00
09	H 30 M 0	6	00 12 16
10	H 48 M 0	8	06 16
11	H 24 M 0	4	02 12 16 17
12	H 29 M 0	2	00
14	H 77 M 82	7	00 07 08 11
99	H 138 M 87	29	06 11 12 16 99

## 5. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☒ Não ☐

Total de exames	Exames efectuados							
	TOTAL	Menor de 18 anos	18 a 19 anos	20 a 49 anos	50 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 99 anos	
H	153	H 0	H 0	H 46	H 107			
M	59	M 0	M 0	M 15	M 43			
6.1.1 Total de exames de admissão	H 3	H 0	H 0	H 3	H 0			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.2 Total de exames periódicos	H 90	H 0	H 0	H 31	H 59			
M	39	M 0	M 0	M 12	M 27			
6.1.3 Total de exames ocasionais	H 54	H 0	H 0	H 12	H 42			
M	19	M 0	M 0	M 3	M 16			
6.1.3.1 Mudança de posto de trabalho	H 5	H 0	H 0	H 0	H 5			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.3.2 Alterações no posto de trabalho	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.3.3 Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H 1	H 0	H 0	H 1	H 0			
M	2	M 0	M 0	M 0	M 2			
6.1.3.3.1 Pós falta por acidente de trabalho	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.3.3.2 Pós falta por doença	H 1	H 0	H 0	H 1	H 0			
M	2	M 0	M 0	M 0	M 2			
6.1.3.4 Inicial do médico	H 47	H 0	H 0	H 11	H 36			
M	15	M 0	M 0	M 1	M 14			
6.1.3.6 Pedido do trabalhador	H 1	H 0	H 0	H 0	H 1			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.3.6 Por cessação do contrato de trabalho	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0			
M	0	M 0	M 0	M 0	M 0			
6.1.3.7 Outras razões	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0			
M	2	M 0	M 0	M 2	M 0			

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 Nº total de exames	6.2.3 Factor de risco
01	119	00
02	119	00
03	70	00
04	4	00
05	108	01
06	105	00
99	1540	99

6.3 Foram realizadas acções de imunização? Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 Nº de injeções	6.3.3 Nº de trabalhadores
02	61	H 47 M 14

6.4 Foram realizadas acções de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☐ Não ☒

V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS						
1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>						
1.1 Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, segundo o escalão de duração da baixa (não incluir neste item a informação referente aos acidentes de trajeto)						
		Total	inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
1.1.1 N.º de acidentes no trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	H	5	2	0	4	0
	M	2	1	0	1	0
1.1.2 N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	H	29		0	29	0
	M	5		0	5	0
1.1.3 N.º de dias de trab. perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	H	61		0	0	61
	M	0		0	0	0
1.2 Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho não mortais, segundo as fórmulas:						
1.2.1 Taxa de frequência: $Tf = (N^{\circ} \text{ de acidentes de trab. com baixa} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=					33,99
1.2.2 Taxa de gravidade: $Tg = (N^{\circ} \text{ de dias perdidos} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=					95,16
2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>						
3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e 1 - 3.2						
3.1 Taxa de incidência (Total AT): $TIT = (N^{\circ} \text{ de AT Totais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=					43,72
3.2 Taxa de incidência (AT Mortais): $TMI = (N^{\circ} \text{ de AT mortais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=					0
4. Doenças Profissionais de participação obrigatória						
4.1 Foram participadas doenças no ano?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>					
4.2 Foram confirmadas doenças no ano?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>					

CERTIFICADO		
Data e hora de entrega: 2011-05-18 20:43		
Chave de certificação: 59885LHV904920L		
<div>ECT</div> <div>INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO</div>		
<div>  </div> <div>MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL</div>		
ANEXO E - GREVES		
Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	Ano de referência
501208050	20008305889	2010
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA		
1. Número de Identificação Fiscal (NIF)	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	
501208050	20008305889	
3. Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, SA		
4. Localização e contactos de sede		
4.1 Morada: Rua do Porto Industrial		
4.2 Localidade: Sines		
4.3 Código Postal: 7520 - 203 Sines	4.4 País PT Portugal	
4.5 Distrito ou freguesia/ Freguesia: 151301 Sinesal - Sines - Sines		
4.6 Telefone Telemóvel: 209808000	4.7 Fax: 209808000	
4.8 Endereço de correio electrónico: fclima.siva@portodesines.pt		
I. ENTIDADE EMPREGADORA		
1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
2. Actividade económica principal (CAE) da Entidade empregadora em 31 de Dezembro 5220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA		
II. GREVE		
1. Identificação da greve: 186 - CGTP - UGT - Fed. Port. Sind. Com., Escritório e Serviços - Fed. Sind. Trab. Têxtil, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Pêles de Portugal - Sind. Prof. de Banca dos Casinos - Sind. Trab. Químico, Farmacêutico, Político e Óleo do Centro, Sul e Ilhas - Sind. Domésticos dos Trab. das Comunicações e dos Média - Sind. Nac. Trab. das Telecomunicações e Audiovisual - Sind. Nac. Trab. dos Caméios e Telecomunicações - Sind. Trab. do Grupo Portugal Telecom - Sind. Trab. da Aviação e Aeroportos - Sind. Trab. da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transportes e Pósea		
1.1 Principais reivindicações expressas e resultados obtidos		
1.1.1 Reivindicação: 186 OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS	1.1.2 Resultado: 3 Recusado	
1.2.1 Data da greve: 11/24 (mês/ano)	1.2.2 PNT: 48,00 (horas/dia)	1.2.3 N.º de trabalhadores em greve: 7
		1.2.4 Duração da paragem: 08,00 (horas/minutos)



## RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2010

EDIÇÃO: APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.  
TIRAGEM: 200 EXEMPLARES  
DESIGN: UNIMAGEM - COMUNICAÇÃO E IMAGEM, S.A.

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.  
APARTADO 16, EC SINES ,7521-953 SINES - PORTUGAL

TEL. +351 269 860 600 | FAX. +351 269 860 690  
E-MAIL. GERAL@PORTODESINES.PT  
WWW.PORTODESINES.PT

NIPC 501 208 950 ! SOCIEDADE ANÓNIMA ! CAPITAL SOCIAL 80 MILHÕES DE EUROS | MATRÍCULA C.R.C SINES



**cartão único portuário**

